



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ELIEZER FERREIRA CAMARGO

**ANÁLISE DO PERFIL PRODUTIVO DOS ASSENTAMENTOS
ELI VIVE I E II EM LONDRINA-PR**

Londrina
2021

ELIEZER FERREIRA CAMARGO

**ANÁLISE DO PERFIL PRODUTIVO DOS ASSENTAMENTOS
ELI VIVE I E II EM LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

E42	<p>Camargo, Eliezer Ferreira. Análise do perfil produtivo dos assentamentos Eli Vive I e II em Londrina-PR / Eliezer Ferreira Camargo. - Londrina, 2021. 105 f.</p> <p>Orientador: Carlos Eduardo Caldarelli. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, 2021. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Assentamentos da reforma agrária - Tese. 2. Potencial produtivo - Tese. 3. Tecnologia - Tese. 4. Desenvolvimento regional - Tese. I. CALDARELLI, CARLOS EDUARDO. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Economia Regional. III. Título.</p>
CDU 33	

ELIEZER FERREIRA CAMARGO

**ANÁLISE DO PERFIL PRODUTIVO DOS ASSENTAMENTOS
ELI VIVE I E II EM LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Irene Domenes Zapparoli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Luis Artur Bernardes da Rosa
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 12 de março de 2021.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao programa de Pós-Graduação em Economia Regional pelas contribuições acadêmicas nestes dois anos como discente. Em especial ao Prof. Dr. Carlos Roberto Ferreira, coordenador do programa por ter me concedido a honra de integrar os espaços de discussão do referido programa e ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli, que com sua paciência e dedicação, me orientou nesta dissertação.

Como aluno bolsista, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual não teria sido de continuar com os meus estudos.

Às companheiras do Assentamento Eli Vive, Sandra Maria Costa Ferrer, Joselita Silva Rodrigues, Zenilda de Jesus Rodrigues e ao grupo das sacolas camponesas por terem me ajudado com suas redes de contato.

Ao Prof. Dr. Mauricio Ursi Ventura e aos técnicos do Programa Paraná Mais Orgânico (PMO) núcleo Universidade Estadual de Londrina (UEL), Danilo Pezzoto, Lucas Prieto e em especial à Giovana Fogaça, companheira de longa data, que sempre esteve pronta a me ajudar nas visitas de campo.

Aos companheiros Marcílio Ronaldo Garcia e Vinadio Lucas Bega pelos bons períodos de discussão sobre os diversos assuntos nas mesas do Copo Sujo, do Prosperidade e do Madalena.

Tocan tiempos difíciles, pero para un revolucionario, los tiempos difíciles es su aire. De eso vivimos, de los tiempos difíciles, de eso nos alimentamos, de los tiempos difíciles. ¿Acaso no venimos de abajo, acaso no somos los perseguidos, los torturados, los marginados, de los tiempos neoliberales? La década de oro del continente no ha sido gratis. Ha sido la lucha de ustedes, desde abajo, desde los sindicatos, desde la universidad, de los barrios, la que ha dado lugar al ciclo revolucionario. No ha caído del cielo esta primera oleada. Traemos en el cuerpo las huellas y las heridas de luchas de los años 80 y 90. Y si hoy provisionalmente, temporalmente, tenemos que volver a esas luchas [...], bienvenido. Para eso es un revolucionario. Luchar, vencer, caerse, levantarse, luchar, vencer, caerse, levantarse. Hasta que se acabe la vida, ese es nuestro destino.

Álvaro Marcelo García Linera

CAMARGO, Eliezer Ferreira. **Análise do perfil produtivo dos assentamentos Eli Vive I e II em Londrina-PR**. 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

Os assentamentos da reforma agrária quando alinhados às estratégias do desenvolvimento de políticas e serviços públicos, são capazes de promover o desenvolvimento produtivo, social e econômico local. Esta dissertação tem como objetivo analisar o perfil produtivo e socioeconômico dos assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II, localizados em Londrina-PR. Através do método de estudo de caso, os dados primários foram obtidos por meio da aplicação de um questionário semiestruturado para o grupo de agricultores locais. O questionário apresenta questões como: os níveis produtivos, tecnológicos e estruturais dos estabelecimentos familiares, a faixa etária, nível educacional e o grau de envolvimento dos entrevistados nas organizações sociais e as redes de serviço e meios de comercialização disponíveis nos locais. Por meio de visitas nos estabelecimentos rurais familiares, foram aplicados 47 formulários entre os meses de outubro de 2020 a fevereiro de 2021. Os resultados permitem destacar que há potencialidades com relação à organização produtiva do assentado, tais como a adesão do assentado com as organizações coletivas presentes no assentamento, o acesso à assistência técnica, a diversificação produtiva e a presença das cooperativas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) quanto à orientação social, política, produtiva e comercial do assentado. Contudo, há desafios a serem enfrentados dos quais destacam-se: o acesso ao crédito rural, a infraestrutura habitacional da unidade produtiva e de acessibilidade como as estradas e a baixa diversificação comercial. Desta forma, o trabalho sugere que o incentivo dos agentes públicos às políticas públicas de desenvolvimento das cooperativas locais e de diversificação dos canais de comercialização, o acesso ao crédito rural e a melhora nas condições infraestruturas contribuem para a superação das dificuldades produtivas e para o desenvolvimento produtivo, social, econômico e regional.

Palavras-chave: assentamentos da reforma agrária; potencial produtivo; tecnologia; desenvolvimento regional.

CAMARGO, Eliezer Ferreira. **Analysis of the productive profile of the Eli Vive I and II settlements in Londrina-PR.** 103 p. Dissertation (Master in Regional Economics). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

Agrarian reform settlements, when aligned with public policy and service development strategies, are capable of promoting local productive, social and economic development. This dissertation aims to analyze the productive and socioeconomic profile of the Eli Vive I and Eli Vive II settlements, located in Londrina-PR. Through the case study method, the primary data were obtained through the application of a semi-structured questionnaire for the group of local farmers. The questionnaire presents questions such as: the productive, technological and structural levels of family establishments, the age group, educational level and the degree of involvement of the interviewees in social organizations and the service networks and means of commercialization available in the places. Through visits to rural family establishments, 47 forms were applied between the months of October 2020 to February 2021. The results show that there are potentialities regarding the settler's productive organization, such as the settler's adhesion with the collective organizations present settlement, access to technical assistance, productive diversification and the presence of cooperatives and the Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) regarding the social, political, productive and commercial orientation of the settler. However, there are challenges to be faced, which include access to rural credit, the housing infrastructure of the production unit and accessibility such as roads and low commercial diversification. In this way, the work suggests that the incentive of public agents to public policies for the development of local cooperatives and the diversification of marketing channels, access to rural credit and the improvement in infrastructure conditions contribute to overcoming production difficulties and to development productive, social, economic and regional.

Keywords: land reform settlements; productive potential; technology; regional development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Número de assentamentos rurais criados de acordo com os governos dos presidentes da nova república no Brasil 1985-2016	31
Figura 2	Número de famílias assentadas no Brasil de 1985 a 2016	32
Figura 3	Mapa do anteprojeto de parcelamento do PA Eli Vive I – Londrina-PR (2012).....	63
Figura 4	Mapa do anteprojeto de parcelamento do PA Eli Vive II – Londrina-PR (2013).....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número, área total e área média dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, série histórica 1920-201723
Tabela 2	Índice de Gini de acordo com os censos agropecuários brasileiros (1975-2006)24
Tabela 3	Os 10 principais itens agrícolas produzidos pelos empreendimentos familiares, sua comparação expressa em porcentagem pelo número total de estabelecimentos que produzem tais culturas, sua produção em toneladas e sua representatividade no total produzido de acordo com o censo agropecuário brasileiro, 2017.....47
Tabela 4	Total de estabelecimentos agropecuário, quantidade de estabelecimentos familiares e sua representatividade no total de estabelecimentos (em porcentagem) das espécies da pecuária de acordo com o censo agropecuário brasileiro, 201748
Tabela 5	Medidas de tendência central de idade dos assentados do Eli Vive I e Eli Vive II localizados em Londrina-PR (2021)65
Tabela 6	Frequência de idades da amostra de domicílios dos assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II em Londrina-PR (2021).....65
Tabela 7	Formação educacional no Assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021).....67
Tabela 8	Estruturação das propriedades, acesso das propriedades aos serviços básicos públicos e dos meios de comunicação dos domicílios do Assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021)69
Tabela 9	Máquinas e veículos disponíveis nos empreendimentos familiares do Assentamento Eli Vive (Londrina-PR) em valores totais e em porcentagem (2021)72
Tabela 10	Forma de organização dos agricultores do Assentamento Eli Vive localizado em Londrina-PR (2021)73
Tabela 11	Os 15 principais itens agrícolas produzidos pelos estabelecimentos familiares no assentamento Eli Vive localizado em Londrina-PR e sua representatividade expressa em porcentagem (2021)75

Tabela 12	Representação das receitas da produção com relação à renda total mensal dos estabelecimentos familiares do assentamento Eli Vive localizado em Londrina-PR (2021).....	77
Tabela 13	Estratificação da renda mensal por níveis salariais dos assentados do Eli Vive localizado em Londrina-PR e sua frequência relativa (2021).....	78
Tabela 14	Estabelecimentos familiares no Eli Vive localizado em Londrina-PR que recebem orientação técnica (2021).....	79
Tabela 15	Periodicidade das visitas de ATER aos entrevistados do assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021)	80
Tabela 16	Última formação na área produtiva dos entrevistados do Eli Vive (2021).....	81
Tabela 17	Total dos estabelecimentos familiares do assentamento Eli Vive localizado em Londrina-PR que acessaram o crédito rural e as suas modalidades (2021).....	82
Tabela 18	Total dos estabelecimentos familiares locais que não obtiveram crédito rural e as suas justificativas no assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021).....	83
Tabela 19	Representação dos custos com relação à renda total dos estabelecimentos familiares no assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021).....	84
Tabela 20	Os 10 principais insumos e serviços agrícolas adquiridos pelos estabelecimentos familiares do assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021).....	84
Tabela 21	Canais de comercialização dos estabelecimentos familiares do assentamento Eli Vive, sua representatividade e dependência comercial (2021)	85
Tabela 22	Número de canais de comercialização acessados pelos assentados do Eli Vive (2021).....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

II PNRA	II Plano Nacional de Reforma Agrária
ATER	Assistência técnica e extensão rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPACON	Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista
COPRAN	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDR-Paraná	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - Iapar-Emater
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAs	Projetos de Assentamentos Federais
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REVISÃO DA LITERATURA TEÓRICA E EMPÍRICA	17
2.1	REVISÃO TEÓRICA	17
2.1.1	A Questão Agrária No Brasil	17
2.1.2	As Transformações Da Agricultura Brasileira.....	18
2.1.3	O Estatuto Da Terra E Os Programas De Reforma Agrária	20
2.1.4	A Reforma Agrária Na Constituição Federal	26
2.1.5	O Debate E A Implantação De Programas De Reforma Agrária Nos Anos 1990-2000	27
2.1.6	O Período Lula E O li Plano Nacional De Reforma Agrária	33
2.1.7	A Questão Agrária Nos Governos Posteriores	37
2.1.8	A Questão Agrária Paranaense	38
2.1.9	O Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra (Mst).....	40
2.1.10	Os Assentamentos Eli Vive I E li: Histórico	42
2.1.11	A Agricultura Familiar	43
2.1.12	Assentamentos Rurais Da Reforma Agrária	49
2.2	AS EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS ACERCA DA REFORMA AGRÁRIA	50
2.2.1	A Experiência Mexicana.....	52
2.2.2	A Experiência Cubana.....	53
2.2.3	A Experiência Boliviana.....	55
2.3	FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA	57
3	METODOLOGIA	61
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	63
4.1	OS ASSENTAMENTOS ELI VIVE I E ELI VIVE II	63
4.2	PERFIL DO AGRICULTOR RURAL E A ESTRUTURA DO ASSENTAMENTO	65
4.3	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO ASSENTAMENTO	72
4.4	PRODUÇÃO E COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR.....	73
4.5	ACESSO AO CRÉDITO RURAL E À EXTENSÃO RURAL	78
4.6	CUSTOS PRODUÇÃO E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	83

5	CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS.....	91
	APÊNDICE.....	100
	Formulário de informações socioeconômica do produtor rural.....	100

1 INTRODUÇÃO

Os potenciais produtivos e os aspectos tecnológicos dos assentamentos rurais da reforma agrária estão condicionados desde aspectos da formação e o estabelecimento dos projetos de assentamentos federais (PAs) mas, sobretudo, no acesso aos serviços públicos de assessoria técnica e extensão rural, educação e saúde, na organização dos assentados e suas relações sociais, econômicas e produtivas, no acesso às políticas públicas de linhas de crédito e fomento produtivo na inserção mercadológica das famílias e das organizações coletivas com a finalidade de comercializar seus excedentes produtivos. Para tanto, quando se busca avaliar esses assentamentos, é preciso compreender as particularidades de como cada unidade agrícola foi estabelecida, como estão organizadas e as disponibilidades técnicas e assistenciais para desenvolverem suas produções.

Para tanto, é necessário nessa avaliação proceder resgate histórico da estrutura agrária brasileira com ênfase no processo de formação de um setor agrícola relevante, a agricultura familiar, como característica pivotal dos agricultores assentados da reforma agrária. Também é necessário conhecer as experiências latino-americanas na execução dos programas de reforma agrária e contrastar como foram tratados alguns problemas sociais causados pela desigualdade da posse da terra.

A estruturação jurídica dos programas de reforma agrária no Brasil está contida na Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, denominada “Estatuto da Terra”. Essa abrange os direitos e obrigações dos imóveis rurais e tinha como objetivo dar providências para a política de reforma agrária, projetos de colonização e promoção da política agrícola. Contudo, devido às transformações agrárias iniciado na década de 1960, intensificou a adoção de uma nova matriz agrícola tecnológica voltada para a oferta de produtos agrícolas e a integração do setor agrícola com os outros setores econômicos, a execução da política agrária se restringiu a alguns projetos de colonização. Esta matriz contribuiu para a intensificação da pobreza, da desigualdade e da violência no campo, sobretudo aos trabalhadores rurais e camponeses.

Nesse contexto, o processo de redemocratização de meados dos anos 1980 traz junto o surgimento de movimentos sociais e entidades civis que

lutam pela extinção do latifúndio, pela redistribuição de terra e pela justiça social. Por meio da participação destas organizações a política de reforma agrária é incluída na constituição federal e traz uma nova esperança que os governos civis a execute. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, em seu artigo 184, concede o direito de transferência para a União as propriedades fundiárias que não cumprem a sua função social produtiva (BRASIL, 2016).

Segundo Bittencourt et al. (1999), a política de reforma agrária apresenta-se como uma alternativa produtiva que gera emprego e renda e seu sucesso está vinculado às políticas da agricultura familiar. Os autores enfatizam que a política fundiária precisa estar em consonância com políticas públicas agrícolas. Para isto, é necessário entender os processos produtivos, suas potencialidades e dificuldades produtivas para sugerir políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural com ênfase no modelo da agricultura familiar.

O estado do Paraná apresenta um potencial produtivo para desenvolver a agricultura familiar. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2017), no estado há 329 assentamentos da reforma agrária com capacidade de assentar 20.340 famílias, com uma área total de 429.418 hectares. Segundo Da Rosa e Guimarães (2011), os assentamentos rurais apresentam um campo estratégico para o desenvolvimento rural. Para os referidos autores, para uma avaliação dessas unidades é necessário compreender os aspectos sociais, produtivos e econômicos dos PAs que contribuem no seu processo de desenvolvimento como o acesso e posse da terra e a moradia, a sua inclusão aos setores agroindustriais, a sua organização coletiva e a geração de emprego e renda na unidade produtiva familiar.

Embora a elaboração dos projetos de assentamentos e a organização social e produtiva do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) não sejam diferentes na sua formação, esses diferem quanto aos fatores tecnológicos, acesso à rede de serviços e aos canais de comercialização nas diferentes regiões. Assim, as questões a serem discutidas neste trabalho são: Quais são os níveis produtivos, tecnológicos e estruturais nos Assentamentos analisados? Como é a organização social dos assentados? Quais são as redes de serviço e meios de comercialização que os assentados têm à sua disposição? Quais os principais gargalos dessas unidades sob a percepção dos assentados?

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o perfil produtivo e socioeconômico dos Assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II, localizados em Londrina-PR. Como objetivos específicos, o trabalho pretende mapear as redes públicas de assistência técnica em extensão rural, educação e saúde dos assentamentos, detalhar as condições sociais, econômicas, estruturais e o nível tecnológico empregados na produção dos assentamentos, realizar o perfil organizacional, produtivo e mercadológico dos assentamentos e caracterizar os desafios e potencialidades produtivas dos assentamentos.

Para isto, o trabalho valerá do método de estudo de caso e seus dados primários foram obtidos através da elaboração e aplicação de um questionário semiestruturado que contém questões sobre informações da característica do agricultor e família, informações da característica da propriedade e informações socioeconômicas.

No primeiro momento, é necessário fazer um estudo de suas localidades e quantificar os assentamentos: sua área total, a capacidade de assentar família e o número total de famílias assentadas. No segundo momento, é necessário caracterizar as redes públicas de Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER), o acesso à educação e saúde disponíveis nos assentamentos. Com relação às potencialidades produtivas, este quesito é exposto por meio do detalhamento das condições sociais, econômicas e o nível tecnológico empregado na produção, bem como conhecer a organização produtiva e mercadológica dos assentamentos.

Desse modo, a relevância do tema, a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento rural de um dos maiores assentamentos do estado do Paraná de forma a propor soluções aos principais gargalos produtivos são fatores que motivam este trabalho. Por fim, este estudo pretende contribuir na discussão do desenvolvimento rural local através da apresentação destas análises junto aos agricultores assentados e contribuir com informações para os agentes públicos na elaboração de planos de ação da extensão rural.

Esta dissertação encontra-se estruturada em cinco partes. A seção um, a introdução, apresenta alguns conceitos importantes e traz uma síntese do trabalho como a problemática e os objetivos. A seção dois corresponde as revisões de literatura e empírica onde aborda questões pertinentes ao trabalho, como a questão agrária, as transformações da agricultura brasileira e as legislações específicas para a reforma agrária e o debate das implantações dos planos de

reforma agrária. Nesta seção tem-se também o panorama da agricultura familiar brasileira, o histórico e a estruturação do movimento dos trabalhadores. Por fim, esta seção traz o debate das experiências latino-americanas sobre a implantação das reformas agrárias. A seção três traz a metodologia. A seção quatro apresenta os resultados e discussões acerca das informações obtidas pelos entrevistados. Para melhor compreensão, esta seção está subdividida em 6 subseções a saber: i) os assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II; ii) Perfil do agricultor rural e a estrutura do assentamento; iii) organização social e econômica do assentamento; iv) produção e renda da produção; v) acesso ao crédito rural e à extensão rural; vi) custos produção e canais de comercialização. Por fim, a seção cinco apresenta as considerações sobre este trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA TÉORICA E EMPÍRICA

Para a estruturação teórica desta pesquisa, um breve resgate histórico do processo de formação fundiária no Brasil, seus problemas de acumulação e concentração e a conformação jurídica da política de reforma agrária se fazem necessários. Estes fatores são determinantes para conhecer a estrutura e a situação da agricultura familiar e camponesa. Esta seção do trabalho traz um resgate dos principais estudos sobre a temática. São estudos referentes às questões produtivas, sociais e econômicas que contribuem no desenvolvimento teórico e metodológico desta dissertação. Esta seção também apresenta algumas experiências latino-americanas da realização da reforma agrária para que se contraste à realidade brasileira.

2.1 REVISÃO TEÓRICA

2.1.1 A Questão Agrária no Brasil

Segundo Stedile (2011) o conceito de questão agrária e seu enfoque levantam grandes discussões e pode ser estudado de acordo com a área do conhecimento que abrange desde as análises produtivas à posse e uso da terra e as suas implicações de uso, assim como as correlações de forças entre as classes produtivas. A questão agrária tem como objetivo contextualizar a relação social e produtiva entre o homem, a terra, a sociedade e o espaço rural que nele habita.

Para Mattos Neto (2006), sob a ótica econômica, a questão agrária está fundamentada nas transformações produtivas de como, de que forma e quanto produzir e nas relações de trabalho, na formação da renda, ocupação e produtividade do trabalho. Neste sentido, a questão agrária é indissociável às outras questões sociais como a questão energética, a questão ecológica, a questão indígena, a urbanização e as questões das desigualdades regionais (SILVA, J. F. G., 1981).

A necessidade da reforma agrária está intimamente ligada às crises estruturais do capitalismo no meio rural. Neste contexto, Veiga (1986) destaca a reforma agrária como uma condição necessária, porém não suficiente frente às questões agrárias. Ela deve, primeiramente, superar a exclusão de segmentos populares na elaboração de um programa e estar em consonância com o seu

desenvolvimento produtivo. Portanto, a reforma agrária redistributiva deve ser uma política do estado democrático que promova a justiça social frente aos desafios de solucionar a concentração fundiária, os conflitos agrários e a pobreza rural e promover a justiça social e o desenvolvimento econômico.

A reforma agrária redistributiva objetiva a justiça social e a distribuição equitativa de terra aos pequenos agricultores. Este projeto, integrado com os serviços públicos e programas de crédito e assistência técnica, apresenta-se como promotor do desenvolvimento econômico rural. Contudo, a sua execução contraria os interesses políticos e econômicos de latifundiários e de grandes empresas ligadas ao processamento de produtos agropecuários (VEIGA, 1986). Portanto, a eficiência de um projeto de reforma agrária considera a conjuntura política do país e as correlações de forças entre as organizações e movimentos sociais agrários, as classes trabalhadoras e camponesas com a elite agrária constituída.

Para não retomar a épocas distantes nem discutir ideias ou fatos que este estudo pouco pode contribuir, o recorte histórico proposto se estabelece a partir dos anos 1960. Contudo, para entender a atual conjuntura agrária é necessário compreender as etapas de formação e consolidação da oligarquia rural brasileira, baseada no latifúndio concentrador de terra e de oportunidades produtivas através da acumulação do capital e da sua forte atuação no cenário político. Como referencial, Prado Junior (1963), Prado Junior (1981) e Stedile (2011) apresentam os principais fatos históricos que contribuíram na formação socioeconômica do rural brasileiro que estão relacionados às expansões e declínios dos ciclos econômicos, a conformação dos fatores capital e trabalho nos setores produtivos. Registra-se que além dos elementos históricos e sociais acima descritos, as transformações da agricultura brasileira estão muito relacionadas a essa questão e merecem ser discutidas.

2.1.2 As Transformações da Agricultura Brasileira

Ao longo das décadas de 1950 a 1970, a agricultura brasileira passou por profundas transformações nas suas relações sociais e produtivas. A sua integração ao setor industrial brasileiro promoveu o desenvolvimento do capitalismo agrário baseado na exploração de terras agricultáveis, na concentração fundiária e na especialização da produção agrícola que proporcionou ganhos em escala à oferta

de dois mercados crescentes, a saber, a oferta de alimentos para o consumidor final e a demanda de itens para o processamento e beneficiamento para as indústrias. Portanto, este modelo agrícola moderno e mercantil substituiu a estrutura fechada e rígida das grandes fazendas e engenhos que eram baseadas na concentração da propriedade e na posse da terra, na autossuficiência produtiva e consumo autônomo, desconectadas das indústrias e do mercado consumidor (SILVA, J. F. G., 1981).

Silva, J. F. G. (1981) especifica três modificações ocorridas neste período. O fechamento das fronteiras agrícola, a modernização agrícola do centro-sul do país e a presença do capital monopolista no campo. Por fronteira agrícola o autor não conceitua o aspecto geográfico, mas sim o capital, em que estão baseadas as relações sociais de produção. O autor menciona três funções da fronteira agrícola. A primeira é econômica, a qual desempenha o papel de gerar alimentos. A segunda, o plano social, representa a orientação do fluxo migratório. A terceira, política, sendo a fronteira agrícola um meio de atenuar os problemas sociais no campo, servindo de espaço para os projetos de assentamentos e de colonização de pequenos agricultores. Diz ser fronteira fechada quando a produção interna é preterida aos produtos importados, quando há fluxos migratórios e desordenados e quando não há mais espaços para a ocupação de agricultores oriundos destes fluxos, ou seja, quando todas as terras disponíveis para a agricultura foram ocupadas.

Outro aspecto, a modernização do centro-sul, caracterizada por Silva, J. F. G. (1981) como “modernização parcial da agricultura” contribuiu para o desenvolvimento e a concentração do fluxo de mercadoria e capital nas regiões Centro-oeste e sudeste do país. Portanto, a modernização da agricultura está embasada na adoção de técnicas e culturas específicas que aproveitem as condições climáticas e geográficas com foco no desenvolvimento industrial regional e no mercado externo. O reflexo desta modernização está nas mudanças estruturais da relação de trabalho no setor agrícola, onde o agricultor de trabalhador permanente assalariado e o colono deu espaço ao trabalhador volante sazonal, o que agrava o emprego no campo e as condições de trabalho (SILVA, J. F. G., 1981; MATTOS NETO, 2006).

Registra-se que o modelo de desenvolvimento agrário brasileiro, fortemente baseado em economias de escala e ganhos de produtividade por

especialização, corrobora a anacrônica distribuição de terras no Brasil como elemento formador. Outro ponto que merece discussão é a letargia do sistema legal nesse sentido, foco do próximo item a ser debatido.

2.1.3 O Estatuto da Terra e os Programas de Reforma Agrária

O estado brasileiro teve papel preponderante no setor agrícola, sobretudo no período militar com a chamada “política agrícola ativa”, que consistia na participação efetiva do Estado nas políticas creditícias, fiscais e cambiais, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, na promoção de subsídios para aquisição de insumos e capital, na promoção da expansão da fronteira agrícola, na criação de institutos de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, incentivos para exportação e grandes investimentos em infraestrutura (GRISSA; SCHNEIDER, 2014). Este modelo agrícola, segundo os autores, foi excludente aos pequenos agricultores, beneficiando os grandes proprietários de terra, monocultores das regiões sul e sudeste do Brasil onde as cadeias agroindustriais estavam implantadas.

Concomitantemente, com o objetivo de regular os direitos e obrigações referentes à execução da reforma agrária e promover a política agrícola voltada para os pequenos agricultores, estabeleceu-se a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, denominado Estatuto da Terra. Esta é a estruturação legal do projeto de reforma agrária no Brasil e tem como o principal fator jurídico promover a reforma agrária através das ações de seus executores e beneficiários integrando-os nas políticas agrícolas vigentes. Tem como objetivo “promover a justiça social, o progresso, o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio” (BRASIL, 1964 p. 1). A propriedade da terra e seu uso baseiam-se no cumprimento da função social a qual é caracterizado quando

[...] a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964, p. 1)

Para a delimitação espacial, a legislação utiliza o conceito de módulo rural, que constitui em unidade de medida da área rural em hectare utilizada para

determinar a fração mínima de parcelamento na qual a área pode ser desmembrada, essa medida define e é parâmetro comparativo dos limites da dimensão dos imóveis rurais e contribui no registro dos beneficiários dos programas de reforma agrária, banco da terra e do programa de crédito fundiário. O estabelecimento da métrica varia de acordo com a sua exploração econômica e a sua localidade. O módulo fiscal, por sua vez, é a mediana de um módulo rural e estabelecida de acordo com o município. É utilizada na legislação da agricultura familiar para determinar a dimensão espacial de uma propriedade rural familiar (EMBRAPA, 2020).

O Estatuto da Terra define o imóvel rural como aquele compreendido em uma área contínua, destinado à exploração agrícola, pecuária ou agroindustrial e classifica as propriedades rurais como a propriedade familiar, minifúndio, o latifúndio, parceleiro e colonização além de empreendimentos como a empresa rural e a cooperativa integral de reforma agrária (CIRA) (BRASIL, 1964). Estas características contribuem no entendimento e na aplicação da lei e na estipulação das políticas públicas.

A propriedade familiar é definida como um imóvel rural que tem sua especificidade o emprego da mão de obra familiar e a geração de renda e subsistência para a família proprietária e sua área compreende quatro módulos fiscais. O minifúndio, por sua vez, tem características semelhantes às propriedades familiares, porém com área e possibilidades de exploração restringida. O latifúndio é caracterizado como aquela propriedade rural que excede o limite de seiscentas vezes o módulo médio das propriedades rurais locais ou a área média da região e sua exploração produtiva não seja mantido de forma adequada. A empresa rural é aquela propriedade que não exceda os limites de um latifúndio e tem ao menos 50% da sua área agricultável explorada e de forma racional. (BRASIL, 1964).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é a entidade responsável por representar os interesses da União concernentes à celebração de acordos e convênios, bem como na gestão de terras públicas destinadas à implantação de projetos, implantação e estruturação de assentamentos da reforma agrária e gerenciar cadastros de assentados e imóveis rurais e outras atividades ligados à instituição e consolidação estrutural de assentamentos da reforma agrária. Estabelecido pelo decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970, é uma entidade pública constituída sob forma jurídica como autarquia federal (BRASIL, 1970). Esta autarquia foi precedida pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

(IBRA), autarquia criada pela lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 que tinha como objetivo promover a elaborar e coordenar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária e administrar o Fundo Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 1970, 1964).

Segundo Alcantara Filho e Fontes (2009), a legislação da reforma agrária brasileira ao visar a integração de pequenos agricultores nas políticas agrícolas e nas orientações mercadológicas já estabelecidas no setor agrícola, sobrepõe o caráter econômico ao social. Esta legislação contribuiu para os objetivos do governo federal de colonização e a promoção de grandes obras rodoviárias nas regiões do centro-oeste e amazônica, evidenciando o seu lema nacionalista “Integrar para não entregar”. Os reflexos desta migração desenfreada foram os avanços da fronteira agrícola e a destruição de parte do bioma amazônico que deu espaço à extração florestal e agropecuária.

Segundo Mattos Neto (2006), Alcantara Filho e Fontes (2009) e Carvalho Filho (1997) a política agrária adotada pelo regime militar pouco contribuiu para a efetivação do programa de reforma agrária no Brasil. Os órgãos responsáveis pela aplicação das políticas de reforma agrária, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA, 1964-1970) e o INCRA (1970-atual) pouco contribuíram para promover projetos de assentamentos, nas resoluções dos conflitos sociais do campo e na diminuição dos indicadores de desigualdade da distribuição de terras. Registra-se que movimento encetado então pode ser caracterizado mais como de colonização que de reforma agrária propriamente dita.

De acordo com Carvalho Filho (1997) a política de governo esteve voltada para projetos de colonização em detrimento aos projetos de reforma agrária. Segundo o autor, nos primeiros 15 anos de vigência do Estatuto da Terra, foram efetuados 39.948 projetos de colonização e assentadas 9.327 famílias. Os projetos foram instituídos principalmente nas regiões da fronteira agrícola e foram conduzidos pelo governo federal em paralelo ao desenvolvimento da infraestrutura e implantação de projetos de colonização como o Programa de Integração Nacional (PIN) de 1970, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) de 1971, o Programa Especial do Vale do São Francisco (Provale) de 1972, o Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia (Polamazônia) e o Programa de Desenvolvimento de

Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste) ambos de 1974 (CARVALHO FILHO, 1997).

Com relação aos conflitos sociais agrários, destaca-se o relatório final da Comissão Camponesa da Verdade que relata os casos de situações de violência e violação de direitos entre os períodos de 1946 a 1988. O relatório aponta a morte ou desaparecimentos de 1.196 camponeses ou apoiadores por agentes do estado ou público em todos os estados da federação entre os anos de 1961 a 1988 (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014). Neste tema, cabe destacar as atuações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização ligada à igreja católica que denuncia as violações de direitos humanos, documenta e disponibiliza os dados acerca da violência no campo ocorridos em todo o país.

Com relação à desigualdade da distribuição da posse da terra ao longo dos anos, pode ser verificado através do aumento da área média dos imóveis, que sugere o aumento da concentração de terras, de maneira complementar o índice de Gini sinaliza a medida de desigualdade da posse da terra.

Com base na série histórica do censo agropecuário, a Tabela 1 apresenta o número de estabelecimentos agropecuários, sua área total e a área média de 1920 a 2017.

Tabela 1 – Número, área total e área média dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, série histórica 1920 - 2017

Ano	Área total (em hectares)	Número de estabelecimentos	Área média (em hectares)
1920	175.104.675	648.153	270,16
1940	197.720.247	1.904.589	103,81
1950	232.211.106	2.064.642	112,47
1960	249.862.142	3.337.769	74,86
1970	294.145.466	4.924.019	59,74
1975	323.896.082	4.993.252	64,87
1980	364.854.421	5.159.851	70,71
1985	374.924.929	5.801.809	64,62
1995	353.611.242	4.859.865	72,76
2006	333.680.037	5.175.636	64,47
2017	350.253.329	5.175.634	67,67

Fonte: Elaborado pelo autor segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019).

Com exceção de 1985, a Tabela 1 mostra os aumentos graduais da área média das propriedades rurais entre 1970 a 1995. Para Filippi (2008), o

aumento da área média ao longo do período é uma consequência do modelo agrícola concentrador de terras e que dois fatores contribuíram para isto: i) o abandono da pequena propriedade rural pela falta de políticas que garantam a sua sobrevivência produtiva e; ii) o contínuo alargamento das fronteiras agrícolas nas regiões norte e centro-oeste e o seu modelo agrícola que requer o uso extensivo de terras. Os estudos sobre a estrutura fundiária de Souza e Lima (2003) e Hoffmann e Ney (2010) analisam, dentre outros índices, o índice de Gini para os censos agropecuários de 1975 a 2006, apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Índice de Gini de acordo com os censos agropecuários brasileiros (1975-2006)

Ano	Índice de Gini
1975	0,855
1980	0,857
1985	0,858
1996	0,857
2006	0,856

Fonte: Hoffmann e Ney (2010, p. 20).

A Tabela 2 aponta pouca modificação na distribuição fundiária ao longo do tempo, em que se pode concluir que há uma tendência de não redução na desigualdade na distribuição da posse da terra (HOFFMANN; NEY, 2010).

Por sua vez, Souza e Lima (2003) utilizam a área média, o percentual da área correspondente dos 50% menores estabelecimentos e dos 5% maiores estabelecimentos e o índice de Gini para verificar as mudanças na distribuição da posse de terra em cada estado da federação. Os índices de Gini confirmam a alta desigualdade de distribuição de terra e os dados percentuais mostram a alta proporção de áreas correspondente aos 5% maiores estabelecimentos em todo o país.

Neste aspecto, a política agrária estabelecida no período militar não solucionou a questão agrária concernente ao acesso à terra, apoio produtivo e inclusão do pequeno agricultor no projeto de desenvolvimento agrícola nacional. Com essa conjuntura do espaço rural, somado às crises econômicas e o processo de redemocratização ocorrido na década de 1980, estes ambientes promoveram movimentos de rearticulação de organizações e do nascimento de movimentos sociais reivindicatórios. Assim, destacam-se as articulações do setor sindical como a

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as atuações da CPT e a formação do MST (GRISSA; SCHNEIDER, 2014).

Com a redemocratização, a reestruturação fundiária no país ganha atenção no primeiro governo da Nova República com a criação de um ministério próprio, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), através do decreto nº 91.214 de 30 de abril de 1985, e a instituição do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) disposto no decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985.

O PNRA teve como objetivo principal a promoção da reforma agrária através da redistribuição da terra, de forma que a estrutura fundiária brasileira sofresse modificação no regime de sua posse e uso, com vistas a reduzir gradualmente o latifúndio e o minifúndio. Esta proposta veio atrelada à outras políticas de estado no apoio produtivo e geração de emprego no setor rural (BRASIL, 1985; TEIXEIRA, 2006; SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALERIO, 2019).

O referido plano teve como base jurídica o Estatuto da Terra, portanto, não trouxe modificações quanto ao entendimento sobre a função social da terra, as propriedades passíveis de desapropriação, a sua indenização e a destinação destas terras. O programa tem como seu foco de atuação a ocupação de terras ociosas e a defesa da pequena e média propriedade, bem como da empresa rural (MELLO; SULZBACHER, 2013).

O PRNA teve como estratégia de ação o desenvolvimento de três programas com suas características e diretrizes operacionais, o programa básico constitui no plano de assentamento dos trabalhadores rurais, o programa complementar direciona suas ações na regularização fundiária, na colonização e na tributação da terra e o programa de apoio que tem suas ações no cadastro rural, no estudo e pesquisa, apoio jurídico e desenvolvimento de recursos humanos. O PRNA também previa outras formas de apoio aos assentados como políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural, pesquisa e educação. O INCRA, através das diretorias centrais e regionais, foi o órgão responsável por executar o plano. Teve como meta a desapropriação de 409,5 milhões de hectares de terras de latifúndios por dimensão e por exploração e 71,7 milhões de hectares a terras arrecadadas da União e o assentamento de 7,1 milhões de famílias até o ano 2000 (TEIXEIRA, 2006; SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALERIO, 2019).

Entretanto, este plano nacional de reforma agrária encontrou dificuldades para a sua execução tanto no âmbito administrativo, como apontado por

Valadares et al. (2011). As reações contrárias partiram de sindicatos patronais e de movimentos contra reformistas, dentre as quais se destaca União Democrática Ruralista (UDR). A reação destas entidades foi marcada por total oposição ao plano de reforma agrária com a justificativa de defender o regime de propriedade privada, rechaçando ações de desapropriação de terras e incentivando a violência no campo e a repressão às organizações de movimentos sociais de luta pela terra (TEIXEIRA, 2006).

2.1.4 A Reforma Agrária na Constituição Federal

Com apoio e participação da sociedade civil, de instituições públicas de pesquisa e extensão rural, sindicatos dos trabalhadores e patronais e movimentos sociais ligados ao setor rural, o debate da temática da reforma agrária tem espaço na Assembleia Geral Constituinte e promulgada na Constituição Federal no Capítulo III: da política agrícola e fundiária e da reforma agrária (TEIXEIRA, 2006; BRASIL, 1988). O entendimento sobre a política agrícola e a reforma agrária, segundo Teixeira (2006), é preservado do Estatuto da Terra. O artigo 184 apresenta o seguinte entendimento sobre a política da reforma agrária.

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988, p. 103).

Teixeira (2006) destaca as mudanças no entendimento sobre as propriedades passíveis de desapropriação. Enquanto as entidades e movimentos sociais populares conseguiram preservar no texto final o entendimento da função social da terra e vinculá-la como determinante principal na execução da política de reforma agrária, os setores dominantes conseguiram impor no texto final a desobrigação da desapropriação do latifúndio, desde que cumpra a função social e seja produtivo. Assim, o entendimento constitucional de promover programas de reforma agrária redistributiva sofre redução significativa. Neste entendimento, a constituição deixa de explicitar o cerne da questão agrária que é a concentração e a má distribuição de terras. O Artigo 185, parágrafo único e incisos I e II apresentam as propriedades que não são passíveis de desapropriação “São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I - a pequena e média propriedade

rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II - a propriedade produtiva” (BRASIL, 1988, p. 103).

Nesse sentido, Teixeira (2006) aponta que este entendimento de fato não modifica a estrutura fundiária concentradora de terra e tão pouco impede o avanço do processo de modernização capitalista no campo, preservando a empresa agrícola e a grande propriedade rural produtiva. Portanto, a Constituição obteve resultados ambíguos sobre a questão agrária, pois preserva o conceito de função social da terra, mas desobriga a desapropriação do latifúndio e preserva o modelo de indenização pela desapropriação não penalizando assim os latifundiários.

2.1.5 O Debate e a Implantação de Programas de Reforma Agrária nos Anos 1990-2000

No contexto de confrontos entre os setores rurais conservadores e os movimentos sociais, sindicais e entidades ligadas à luta pela posse da terra e o processo de reabertura comercial do mercado brasileiro que afetou o setor agrícola brasileiro, a questão agrária nos anos 1990 foi de intensa atividade. Ramos (2014) destaca o desmonte de organismos públicos vinculados à reforma agrária, a crise do endividamento no começo desta década e a utilização da terra para fins político e especulativo. Com a extinção do MIRAD em 1986, coube ao Ministério da Agricultura a responsabilidade de promover projetos de reforma agrária.

Ramos (2014) relata a nova discussão que recai sobre a questão agrária no país. Alguns analistas defendem que o processo de modernização da agricultura, a urbanização e a industrialização levaram ao esvaziamento do campo. Com esta nova conjectura rural, o interesse na realização de programas de reforma agrária diminuiu. Com isso, a elaboração de projetos ou programas torna-se oneroso. Este entendimento justifica a realização de projetos de assentamentos pontuais ou através de políticas compensatórias.

Devido aos intensos conflitos sociais no meio rural e as pressões de camadas da sociedade brasileira, sobretudo às intelectuais, os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram marcados por distintos momentos de realização de políticas e projetos voltados para a reforma agrária e para o pequeno proprietário rural.

Pereira (2015) aponta três fatores que contribuíram para uma mobilização governamental acerca desta política. O primeiro diz respeito aos

aumentos dos conflitos e massacres perpetrados por forças policiais do Estado e pistoleiros contratados por fazendeiros. Os dois conflitos que tiveram grande repercussão nacional e internacional foram o Massacre de Corumbiara no estado de Rondônia em 1995 e o Massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará em 1996, levando a morte de 28 trabalhadores rurais. O segundo foi o aumento de conflitos nas ocupações de terras por todo Brasil organizada pelo MST com o apoio de sindicatos e associações e da CONTAG. O terceiro fator foi a manifestação organizada pelo MST “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” em 1997, que teve como objetivo protestar contra a exclusão social e as políticas econômicas impopulares e sob orientação neoliberal e resgatar os fatos ocorridos no massacre de Eldorado dos Carajás (CHAVES, 2000; PEREIRA, SAUER, 2011).

A resposta do governo federal foi criar o Gabinete Extraordinário de Política Fundiária, transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que adotou cinco ações que nortearam as suas gestões, a saber: i) editar medidas que objetivaria a redução do preço pago pelo Estado pelas desapropriações; ii) adotar medidas restritivas à ocupação de terra e as atuações dos movimentos sociais; iii) promover campanhas e peças publicitárias a favor das ações do governo em detrimento às ações de ocupação dos movimentos sociais; iv) descentralização da política de reforma agrária para os estados e municípios e; v) adotar um modelo de reforma agrária voltada para o mercado (FERNANDES, et al. 2012; PEREIRA; SAUER, 2011).

Neste período, também foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do decreto nº 1.946 de 28 de julho de 1996. O PRONAF, de acordo com Schneider et al. (2004), foi a principal política pública do governo federal de apoio aos pequenos e médios produtores por meio do crédito agrícola e apoio institucional. Segundo Fernandes et al. (2012), o primeiro governo de FHC atendeu parcialmente as reivindicações dos movimentos sociais rurais, promovendo uma ampla política de assentamentos rurais. Todavia, a superação do problema distributivo fundiária não se concretizou e a demanda por assentamentos aumentou (COELHO, 2016).

Dentre as políticas adotadas pelo governo federal tem-se a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF)¹. Dentre as ações políticas

¹ O MEPF, criado em 1996, passou por várias transformações e transferências de competências, em 1999 se transformou no Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, em 2000, no

desta pasta estavam a criação de medidas que aceleravam a desapropriação de terras e a indenização para proprietários com a finalidade de acelerar o assentamento das famílias, a alterações de valores tributáveis no Imposto Territorial Rural (ITR) e a transferência da responsabilidade para os estados e municípios de atuarem na política de assentar famílias, a contratação e a terceirização de agentes de assistência técnica e extensão rural e a integração dos assentamentos aos mercados consumidores e agroexportadores (PEREIRA, 2015). Este período, segundo o autor, também foi de extremo desacordo entre governo federal e movimentos sociais, levando o primeiro a massificar por meio de publicidade, as ações que envolvem as políticas de assentamentos através das mídias e em consonância com esta ação, promover ataques de difamação ao MST (ALENTEJANO, 2000).

Entretanto, o segundo mandato de FHC foi marcado pelo confronto estatal com os movimentos sociais. Ao optar pelo desenvolvimento do modelo de reforma agrária de mercado (MRAM) proposto pelo Banco Mundial, operacionalizou-se o desenvolvimento de projetos de assentamentos através do financiamento de imóveis rurais para os pequenos agricultores através do crédito fundiário (PEREIRA, 2005). Este modelo é caracterizado sob dois aspectos, a primeira como transação patrimonial por se tratar de financiamento público para a compra e venda entre os agentes privados a preços de mercado e a segunda como política distributiva, haja vista a transferência de recursos a fundo perdido para investimentos em infraestrutura e produção agrícola (PEREIRA, 2005). De acordo com Coelho (2016) o governo federal tratava este programa como meio alternativo de abrandar os conflitos sociais, promover o acesso à terra entre os trabalhadores rurais que, através da negociação direta, poderiam escolher o imóvel rural de acordo com as suas necessidades.

Lima (2008) aponta duas linhas de pensamentos críticos a este modelo de reforma agrária, os que defendem o ajuste do modelo e a outra que apresenta a sua total inviabilidade. Aqueles que defendem o modelo com ajustes apresentam críticas referentes à viabilidade de alcançar os pequenos agricultores que não tem condições de acesso ao crédito fundiário, aos perigos da especulação

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) cuja pasta é responsável pela política de promoção à agricultura familiar. Em 2016 o MDA foi extinto e a pasta foi realocada para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

imobiliária e a desvinculação do caráter punitivo, uma vez que as propriedades rurais que não cumprem com sua função social com a desapropriação, este programa os beneficiam financeiramente. Neste sentido, o autor aponta que este programa troca a concentração de terra por concentração de renda. A linha mais crítica a este modelo vai de encontro com Pereira (2005), que aponta as diferenças das políticas redistributiva e as de mercado. Primeiro, considera-se a ação do Estado nesta política pública.

[...] o MRAM tem como princípio a compra voluntária de terra entre agentes privados mediada e financiada pelo Estado, acrescida de uma parcela variável de subsídio para investimentos socioproductivos. Já a reforma agrária redistributiva consiste numa ação do Estado que, num curto espaço de tempo, redistribui para o campesinato pobre uma quantidade significativa de terras privadas monopolizadas por grandes proprietários (PEREIRA, 2005, p. 626).

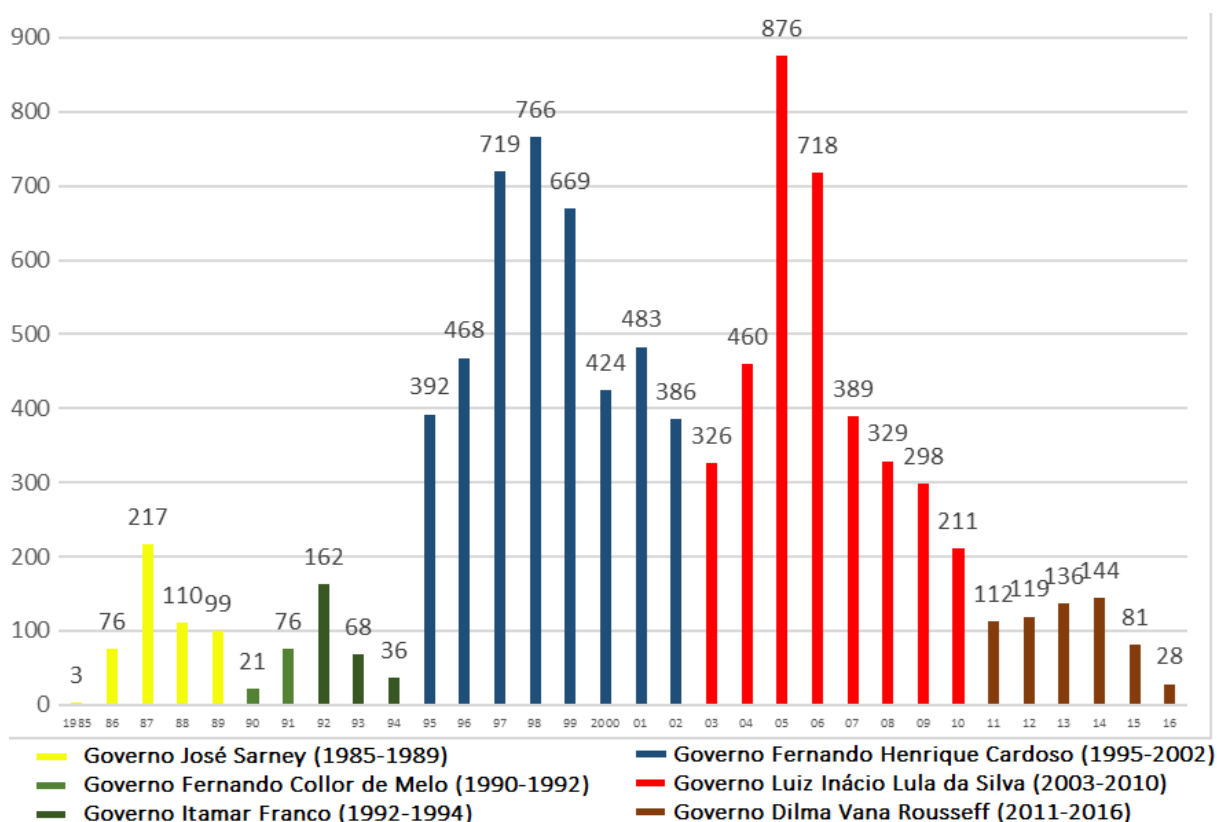
A resolução do problema da concentração fundiária neste modelo também levanta questionamentos, uma vez que este programa só seria aplicável se houvesse proprietários de terra dispostos a vender parte ou a totalidade de suas terras.

De fato, ao estabelecer os programas de reforma agrária de mercado, “o governo FHC criava mecanismos legais para inserir a reforma agrária na perspectiva mercadológica e, em especial, tirar de cena os movimentos sociais do campo como interlocutores e protagonistas do processo” (COELHO, 2006, p. 185).

Sob esta orientação programática, destacou-se os assentamentos do Banco da Terra e o programa “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural”, o Programa de Acesso ao Direito à Terra e o Programa Cédula da Terra (COELHO, 2006; LIMA, 2008).

Ao analisar os dados de famílias assentadas e de áreas destinadas ao programa de reforma agrária organizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e disponibilizado no Banco de Dados da Luta pela Terra, Dataluta, os dois mandatos de FHC foram os que mais assentaram famílias. A Figura 1 apresenta os dados de números de assentamentos criados no Brasil entre os anos de 1985 a 2016.

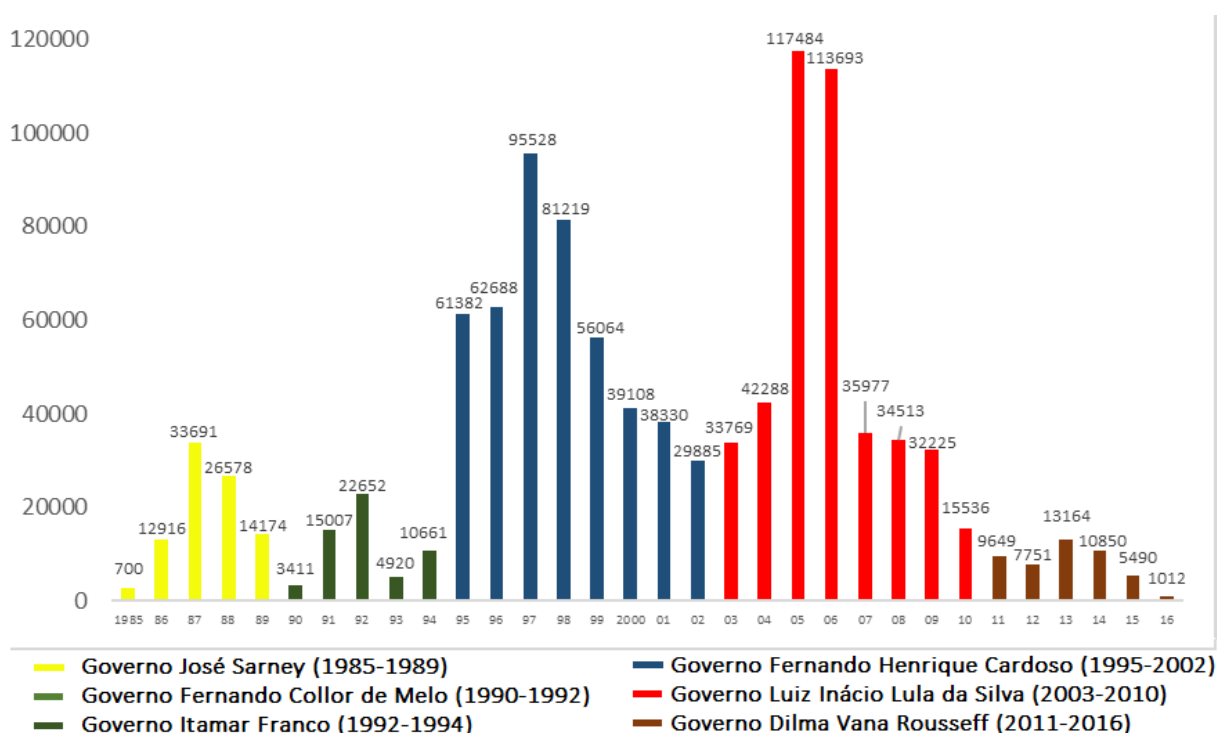
Figura 1 – Número de assentamentos rurais criados de acordo com os governos dos presidentes da nova república no Brasil, 1985-2016



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do NERA (2017)

De acordo com a Figura 1, o governo José Sarney (1985-1990) criou um total de 516 assentamentos, ao passo que os governos Fernando Collor de Melo e Itamar Franco (1990-1994) criaram 342 assentamentos. Nos dois períodos de FHC foram criados 4.307 assentamentos, mais do que os governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) que criou 3.607 assentamentos e Dilma Vana Rousseff (2011-2016), que criou 620 assentamentos (NERA, 2017).

Sobre o número de famílias, a Figura 2 apresenta o número de famílias assentadas no Brasil entre os anos 1985 a 2016.

Figura 2 – Número de famílias assentadas no Brasil, de 1985 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com NERA (2017)

De acordo com a Figura 2, o governo FHC foi o que mais assentou famílias, cerca de 464.204 famílias nos dois mandatos, superando os mandatos Luís Inácio Lula da Silva (425.485), José Sarney (91.470), Fernando Collor de Melo, Itamar Franco (53.240) e Dilma Rousseff (47.916) (NERA, 2017).

Coelho (2016) destaca as análises dos movimentos sociais e pesquisadores sobre o programa de reforma agrária do governo FHC. “Suas ações se pautaram em ‘políticas de assentamentos’ que visavam atuar na resolução pontual de algumas áreas e conflitos gerados pelas tensões que envolvia a luta pela terra” (COELHO, 2010, p. 127). Ou seja, não se tratava da reforma agrária e sim projetos pontuais e em áreas de conflitos sociais agrários, assim, não alterando a estrutura fundiária concentradora (FERNANDES, 2003; COELHO, 2010). Outra crítica está no cálculo das famílias assentadas. De acordo com Coelho (2010), o governo, considerou em sua estatística como família assentada aqueles beneficiários por meio de desapropriação, de regularização fundiária e de projetos de colonização, assim, na concepção dos movimentos sociais, o governo superfaturava para atingir suas metas. Fernandes (2003) aponta que os dados do MDA “clonou” assentamentos criados em governos anteriores e de governos

estaduais e os computou em suas estatísticas como assentamentos criados durante o período FHC.

2.1.6 O Período Lula e o II Plano Nacional de Reforma Agrária

Diante da ascensão de uma candidatura federal com forte apoio à classe trabalhadora e com uma coligação partidária de espectros ideológicos de centro à esquerda, foi eleito o primeiro presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva. Este governo trazia consigo a expectativa de atender às demandas da população rural excluídas do processo produtivo e promover um programa de reforma agrária popular (SANTOS, 2011; ENGELMANN, 2012). Neste sentido, seria natural a contribuição dos movimentos sociais na formação de um novo programa de reforma agrária intitulado “Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”, conhecido como II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA).

Dentre as políticas públicas para o meio rural, a ênfase do governo Lula está no resgate de políticas públicas sociais desmanteladas em governos anteriores, a ampliação das políticas existentes e a promoção de políticas inovadoras de promoção social. Dentre as políticas públicas resgatadas estão o Pronaf e a ampliação de linhas de crédito, o programa de ATER, a política de assentamentos e a política de armazenagem e formação de estoques reguladores. Dentre as políticas que foram ampliadas estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o seguro agrícola e o Programa Luz para Todos. Entre as políticas inovadoras de promoção social estão o Programa Fome Zero, o Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Fernandes (2003) analisa as primeiras ações do governo sobre o entendimento da questão agrária e das políticas de reforma agrária de acordo com a teoria do paradigma do capitalismo agrário. Esta teoria considera os problemas fundiários e a correlação de força entre as classes dominante e trabalhadora. A sua solução é a convivência entre as classes, procurando minimizar seus conflitos. Esta corrente “procura desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Partindo desse pressuposto, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital” (FERNANDES, 2003, p. 36). A proposição seria através da integração dos trabalhadores rurais e do campesinato ao mercado, isso por meio de políticas públicas dirigidas pelo Estado.

Assim, as transformações passam pelos novos conceitos como agricultura familiar e agricultura empresarial face à agricultura camponesa e agricultura capitalista e na participação destes atores nas instâncias de formulação de políticas públicas e programas governamentais (FERNANDES, 2003).

Diante disso, os movimentos sociais, a CPT e a CONTAG tiveram participações nas escolhas de cargos para o INCRA e o MDA, que, conseqüentemente contribuíram na formulação do II PNRA e nas instâncias de formulação de outros programas governamentais ao passo que a bancada ruralista e sindicatos patronais indicaram seus representantes para cargos para o MAPA (FERNANDES, 2003). Neste sentido, a ascensão da classe trabalhadora e a introdução de um novo grupo no governo federal não impediu a continuidade da participação e da dominação da elite agrária quanto às ações do setor agrícola, sua condução política e orçamentária.

O II PNRA foi tratado como programa de governo que propôs a integração com outros ministérios e órgãos do governo federal e a incorporação de políticas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, assistência técnica, proteção social e de direitos como habitação, educação, saúde cultura e infraestrutura (BRASIL, 2003). Sua elaboração contou com a contribuição de servidores e técnicos do INCRA/MDA, com os movimentos sociais, organizações ligadas ao campo e com a comunidade acadêmica.

O II PNRA teve ao todo 11 metas que são: 1) o assentamento de 400 mil famílias; 2) promover o acesso ao crédito a 130 mil famílias; 3) regularizar cerca de 500 mil famílias; 4) investir nos assentamentos já estabelecidos visando a viabilidade produtiva e econômica; 5) criar 2.075.000 postos de trabalho; 6) cadastrar e regularizar 2,2 milhões de imóveis rurais; 7) titular áreas de comunidades quilombolas; 8) reassentamento de não índios de áreas indígenas; 9) promover a igualdade de gênero; 10) garantir a assistência técnica rural; 11) garantir o acesso aos serviços de saúde, educação e habitação (BRASIL, 2003). Com estas metas, o governo tratava o seu programa como “a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil” (BRASIL, 2003, p. 5).

O público deste programa consistia nos agricultores assentados, nos trabalhadores rurais sem-terra, agricultores familiares, comunidades rurais tradicionais, populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, ocupantes não índios das áreas indígenas, mulheres

trabalhadoras rurais e a juventude rural. Através dos cadastros do Programa de Acesso a Terra, o governo federal projetou a demanda por reforma agrária de 839.715 famílias além de 200 mil famílias acampadas a qual foi o público prioritário do II PNRA.

Para desenvolver a política de assentamento o II PNRA propôs a desapropriação dos latifúndios improdutivos bem como a arrecadação de terras públicas e devolutas, a aquisição por meio da compra e venda de terras, da regularização fundiária e do crédito fundiário. De acordo com Vecina (2012) o plano não rompe com as legislações estabelecidas com relação às desapropriações e ao processo indenizatório. Dentre os instrumentos públicos para o desenvolvimento destes assentamentos, o programa propôs o investimento em custeio, seguro e comercialização através do Plano Safra da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária. No longo prazo, a disponibilização de crédito do através PRONAF A e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e na comercialização, o programa propôs ações junto ao Programa de Aquisição de Alimento (II PNRA, 2003).

Ao analisar o projeto, Vecina (2012) aponta dois conceitos contidos no programa que fazem parte de suas diretrizes: a segurança alimentar e o intuito de integrar a produção familiar para a exportação. Os dois conceitos estão ligados às transformações agrícolas já mencionadas. Enquanto o primeiro diz respeito à quantificação da produção, em detrimento à soberania alimentar, o segundo se relaciona a produção de *commodities* agrícolas visando o mercado externo, uma vez que este modelo de produção não se mostra viável devido às características estruturais da propriedade familiar.

Ao final do II PNRA, o governo havia anunciado o assentamento de 448.954 famílias entre 2003 a 2007 (VECINA, 2012). Entretanto, estes números são contestados por acadêmicos e por movimentos ligados à reforma agrária, como Fernandes (2007) que menciona o superfaturamento do número de famílias assentadas. Oliveira (2011) aponta para o método de cálculo do INCRA que somava todas as famílias com posse regularizadas, reassentamentos devido à construção de barragens e de assentamentos antigos reconhecidos como se fossem novos assentamentos. Portanto, o governo Luiz Inácio Lula da Silva não utilizou critérios para contabilizar o número de assentamentos conforme suas modalidades e metas, utilizando-se do mesmo artifício do governo anterior de inflacionar os números e

contabilizar a reposição de lotes como novos assentamentos. O governo Luiz Inácio Lula da Silva, segundo Oliveira (2009), implantou 149.490 assentamentos novos e 231.929 assentamentos regularizados, reordenados ou reassentados, cumprindo somente 37% da meta de estabelecer novos assentamentos.

O segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva foi marcado por não ter feito um plano nacional de reforma agrária e dado ênfase à regularização fundiária como política oficial do governo (OLIVEIRA, 2009). Santos (2011) afirma que o governo utilizou as políticas de incorporação na obtenção de terras, porém sem mexer na estrutura latifundiária e do agronegócio.

Cabe mencionar que o agronegócio no governo Luiz Inácio Lula da Silva teve destaque na política agrícola. Segundo Santos (2011) este modelo agrícola expandiu sua área na fronteira agrícola através da incorporação de novas terras, o uso intensivo de tecnologia e capital através dos Planos Safra anuais e da participação de multinacionais, expandindo suas atuações na produção de grãos e no investimento de biocombustíveis.

Nos dois mandatos de Dilma Vana Rousseff, não houve um programa específico para a reforma agrária, embora tenha incluído o tema em seus programas de governo. Trata-se da continuidade de programas do governo Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com Silva, I. K. S. (2017) o governo Dilma Vana Rousseff focou na promoção da reforma agrária através das desapropriações de terra via indenização financeira e na concessão do crédito fundiário para compra do imóvel rural. Segundo a autora, houve também o aumento das linhas de crédito do Pronaf para o assentado da reforma agrária.

Segundo Grissa e Schneider (2014), o enfoque do governo Dilma Vana Rousseff esteve na qualificação da infraestrutura e da produção dos assentamentos já consolidados por meio da assistência técnica, apoio ao cooperativismo, a agroindustrialização e a construção de mercados com foco na segurança alimentar e sustentabilidade ambiental como exemplo o aumento de compra através do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e linhas de apoio à assistência técnica especializada nas certificações ambientais, boas práticas agrícolas e orgânicas.

2.1.7 A Questão Agrária nos Governos Posteriores

O governo Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018), empossado após o golpe de 2016, ficou marcado pelo desmantelamento das políticas públicas estabelecidas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva- Dilma Vana Rousseff sob a justificativa da estabilidade política, econômica e a retomada do crescimento econômico, estagnada desde a crise econômica internacional de 2008. Sua sustentação política estava baseada nos movimentos conservadores urbanos, nos sindicatos patronais e confederações ligadas à elite industrial e agrária. Dentre as políticas mais afetadas com os cortes orçamentários estão a política de fortalecimento e dinamização da agricultura familiar, a assistência técnica rural, o PAA e o PNAE. O governo também ficou marcado pela extinção do MDA e o remanejamento do INCRA para a pasta da Casa Civil. Nesta perspectiva, o programa de reforma agrária foi paralisado, não tendo formado nenhum assentamento ou assentado nenhuma família durante os anos 2017 e 2018 (MORO; MOREIRA, 2019).

Pautado nas políticas econômicas neoliberais e apoiados pelos movimentos conservadores, o governo ultradireitista Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) deu continuidade na desregulamentação econômica baseada nas reformas estruturais, nas propostas de privatização e no desmantelamento dos serviços públicos iniciado no governo Michel Miguel Elias Temer Lulia. Dentre outros setores da economia, o governo Jair Messias Bolsonaro promove um grande retrocesso quanto à questão agrária e a promoção da reforma agrária. Sua atuação está pautada no enfrentamento aos movimentos sociais, criminalizando-os e incitando a violência no campo com base defesa da propriedade privada, com projetos de lei de alteração da regularização fundiária, nas propostas de revisão de demarcação de terras indígenas, no congelamento de demarcação de terras quilombolas, na desregulamentação ambiental e no avanço da agricultura em áreas ambientais protegidas. Sua atuação evidência não apenas a falta de proposta para a questão agrária nacional, mas também sustenta politicamente o movimento contra reformista agrário com o apoio político e econômico da burguesia latifundiária. Como outros institutos e agências de regulação governamentais que sofreram com a destruição organizacional, o INCRA passou a ser subordinado ao MAPA, ministério historicamente ligado à bancada ruralista e tem como principal responsável na

Secretaria especial de assuntos fundiários, um latifundiário ligado à executiva da UDR (MORO; MOREIRA, 2019; COSME, 2020). Com relação aos conflitos agrários, há uma tendência de aumento nos últimos 10 anos, tendo o ápice em 2019, com 1.833 registros (CPT, 2020).

Diante do exposto, Assis (2019) destaca que o contexto social e econômico do Brasil atual é desafiador para os movimentos sociais, organizações e sindicatos que precisarão se reorganizar para inviabilizar projetos que estão em tramites nos poderes executivos e legislativo que são nocivos à vida da população.

2.1.8 A Questão Agrária Paranaense

O estado do Paraná tem uma história importante relacionada à questão agrária e fundiária. De acordo com Serra (2010), desde a sua emancipação política ocorrida em 1853, o estado desenvolveu em terras públicas, projetos de colonização oficial e incentivou projetos de colonização empresarial, coordenado por latifundiários e empresas agrícolas. Este processo intensificou na região norte do estado pelo fato desta região ser propícia para o desenvolvimento da cafeicultura e pela valorização fundiária.

O conflito pela posse da terra ocorreu pela cobiça de grileiros e colonizadores com o apoio do Estado nas terras ocupadas por posseiros e camponeses. Dentre os que se destacaram pela sua violência estão a Guerra de Porecatu² e o Levante dos Posseiros³ (SERRA, 2010; ROOS, 2013).

Segundo Serra (2010), o meio rural paranaense sofre intensas transformações nos anos 1960, sobretudo na maior participação da iniciativa privada no processo de colonização e na dependência da produção cafeeira. O processo de colonização privada, segundo o autor, deu-se pela venda de pequenos lotes de terra. O resultado deste modelo foi a perda do controle do Estado dos deslocamentos populacionais e a valorização fundiária. Já a produção cafeeira, cultura extensiva implantada nas pequenas propriedades na região norte do Paraná, passou por sucessivas superproduções regionais, provocando instabilidades no mercado externo. Este fator, somado às geadas negras de 1969, 1972 e 1975 provocaram quebras de safra e danos irreversíveis à cultura do cafeeiro e aos

² Também conhecido como “Revolta de Porecatu” ou “Revolta do quebra milho”, ocorreu em Porecatu-PR, região norte do estado em 1950.

³ Também conhecido como “Revolta dos Colonos” ocorreu em Francisco Beltrão-PR em 1957

pequenos proprietários. Com isso, a cultura cafeeira pautada no modelo agrícola tradicional e intensiva no fator trabalho, foi substituída pelo modelo empresarial, soja e milho que são pautados em um modelo intensivo em capital.

O oeste paranaense se destacou como uma região de lutas camponesas e mobilizações sociais no final dos anos 1970. A construção da barragem e usina hidroelétrica de Itaipu ocasionou a desapropriação e na expulsão de pequenos agricultores e camponeses. Estes por sua vez, com a colaboração da CPT e de sindicatos rurais, organizaram o Movimento Justiça e Terra. Este movimento que reivindicava a indenização das terras alagadas pela barragem, contribuiu para o surgimento de movimentos sociais como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) que reivindicava a realização da reforma agrária. Em 1983, segundo o aludido autor, com o intuito de pautar a necessidade da reforma agrária, outros movimentos surgiram no estado, a destacar o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste (MASTRECO), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES). A articulação destas lideranças contribuiu para a criação de um movimento social de abrangência nacional e que contemplasse suas pautas reivindicatórias, assim, nasce o MST nos anos 1980 (ROOS, 2013).

Contudo, as décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por conflitos no campo entre os agricultores sem terras e o governo estadual. Orientado por pautas neoliberais e com apoio dos latifundiários, o governo Jaime Lerner (1995-2002) foi marcado por ações de repressão aos movimentos sociais. Neste período, os conflitos causaram seis assassinatos de agricultores sem-terra, 325 feridos além de cumprirem 134 ações de despejo (ROSS, 2013).

2.1.9 O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

Em 1984, com a contribuição organizacional da CPT e de entidades vinculadas à Igreja Católica e Luterana, aconteceu o I Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel-PR. Este evento é o marco de criação do MST que também proporcionou a discussão e a articulação de lutas pelo direito à terra em diversos estados do país (CONSTANTE, 2017). Deste encontro foram definidos seus

objetivos principais de luta, quais sejam: pelo direito a terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país (MST, 2020a).

Entretanto, há importantes ações de mobilização e reivindicações dos trabalhadores sem-terra que antecederam à sua fundação, cabe exemplificar as ocupações das Fazendas Macali e Brilhante (1979) no estado do Rio Grande do Sul, da Fazenda Burro Branco (1980) em Santa Catarina e da Fazenda Primavera (1980) no estado de São Paulo, a organização do Acampamento Encruzilhada Natalino (1981) em Ronda Alta-RS, a criação do Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra (1981) e as realizações de atos públicos de grandes participações populares durante os anos de 1980 a 1983. Estas ações tratavam de um anseio no envolvimento destes atores sociais, outrora marginalizados nos processos decisórios na implantação e promoção de políticas agrárias.

Esta participação popular ficou evidente no 1º Congresso Nacional realizado em Curitiba-PR entre os dias 29 a 31 de janeiro de 1985 onde fora elaborado um documento final que se tornaria a diretriz de reivindicações do MST. Este, por sua vez, destaca o caráter participativo dos trabalhadores nos processos decisórios e a exigência de ações do governo com relação à distribuição e uso das terras; na expropriação de terras pertencentes às multinacionais e restrição aos estrangeiros; a extinção de órgãos governamentais e a criação de novos organismos da administração pública; a extinção do Estatuto da Terra e a formação de uma nova legislação, ações governamentais quanto à violência do campo como medidas que resguardem a segurança e os direitos dos trabalhadores rurais (MST, 1985).

Com o lema "Sem reforma agrária não há democracia" (MST, 2020a), o movimento contribuiu no processo de reflexão, atuação e articulação com a finalidade de apresentar um projeto de reforma agrária popular. Carter (2010) apontam alguns aspectos pertinentes no desenvolvimento destas ações.

Desde a sua origem, o Movimento tem desenvolvido uma sofisticada organização popular, com presença em quase todo o território nacional, com um número estimado de 1,14 milhão de membros, mais de 2.000 assentamentos agrícolas, uma rede de 1.800 escolas primárias e secundárias, uma escola nacional de nível superior, vários meios de comunicação, 161 cooperativas rurais e 140 agroindústrias. Entre 1985 e 2006, o MST pressionou o governo brasileiro a distribuir mais de 3,7 milhões de hectares entre seus membros, uma área quase do tamanho da Suíça. Após meados da década de 1990, o Movimento ganhou fama nacional como um dos principais críticos das políticas neoliberais e constituiu-se em uma vigorosa voz em defesa dos setores mais despossuídos do Brasil. Com

seu constante ativismo e frequentes cursos de formação, o Movimento tem sido uma fonte de inspiração para muitas outras organizações de base no Brasil e na América Latina. Uma variedade de associações populares, incluindo muitos sindicatos de trabalhadores rurais da CONTAG, assimilaram as táticas do MST e encorajaram-se a partir das suas ações (CARTER, 2010 p. 38-39).

As ações reivindicatórias buscam garantir a estabilidade socioeconômica das famílias assentadas. Dentre os problemas apontados quanto à produção estão a insuficiência produtiva, a falta de recursos financeiros para o investimento na produção e a dificuldade de escoamento no mercado, o que evidencia a necessidade de promover políticas de acesso ao crédito e assistência técnica e extensão rural. Os problemas dos serviços públicos nos assentamentos da reforma agrária também são relatados: como a falta de atendimento à saúde e de acesso à educação de acordo com a necessidade dos assentamentos. Portanto, apenas a redistribuição da terra não representa o sucesso do projeto de reforma agrária, tão pouco a sua viabilidade nas esferas sociais, econômicas, culturais e ambientais (CONSTANTE, 2017).

Com a finalidade de promover a participação das famílias acampadas e assentadas em todas as instâncias decisórias, o movimento organiza-se em núcleos de base, brigadas, setores (produção, educação, formação, saúde, gênero, comunicação e de cultura), direção e, coordenação em níveis regional, estadual e nacional, além de promover congressos nacionais (MIRANDA; CUNHA, 2013). Estas formas de organização foram discutidas e aprovadas no IV Congresso Nacional do MST. O modelo organizacional focado em núcleos de base e na representatividade das brigadas nas direções estaduais contribui no processo participativo nas reivindicações sociais.

Na formação do assentamento, os autores relatam duas formas distintas de organizar a moradia, aquelas que são formados por “núcleos de moradia” e aquelas que são formados por “núcleos habitacionais”. Enquanto o primeiro as casas se localizam dentro do próprio lote, os núcleos habitacionais são formados por 15 a 25 famílias em uma área coletiva. A partir da formação destes núcleos, a cada 30 famílias são formados os núcleos de base (MIRANDA; CUNHA, 2013; CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA (CONCRAB), 2001). Há também as áreas sociais nos núcleos. São pequenos espaços destinados às festas, prática de esporte, a organização coletiva

de comercialização e escolas (CONCRAB, 2011). Esta estratégia de organização, segundo os autores, possibilita o desenvolvimento de ações coletivas e a participação das famílias nos processos decisórios do assentamento.

Como forma de organização produtiva de cada assentamento, o Movimento orienta a elaboração do Plano de Produção. Este plano é baseado nos aspectos estruturais, econômicos e sociais do projeto de assentamento, como a organização da moradia, dos núcleos de base, das formas de cooperação e da segurança alimentar das famílias, nas potencialidades produtivas regionais como as culturas agrícolas de exploração, as formas de comercialização e as condições agrícolas e climáticas da região (CONCRAB, 2001).

O perfil do agricultor pertencente ao movimento é diversificado. São provenientes da própria atividade, mas de alguma forma também podem ser indivíduos que perderam as suas propriedades ou o seu trabalho. São posseiros, meeiros, parceiros, atingidos por barragens, migrantes, pequenos agricultores e trabalhadores que migraram do meio urbano para os acampamentos rurais por não terem perspectiva de emprego.

O movimento e os assentamentos da reforma agrária apresentam grandes capacidades organizacionais e produtivas. Atualmente, o MST está presente em 24 estados brasileiros, somando 350 mil famílias assentadas, com cerca 1,9 mil associações, mais de 100 cooperativas e 96 agroindústrias (ROMUALDO et al., 2019) e tem em sua matriz produtiva os produtos agrícola e da pecuária leiteira. Dentre a sua cadeia agroindustrial estão feijão, arroz, leite, café, sucos, sementes e mel. Em 2017 obteve a produção de 27 mil toneladas de arroz com a certificação orgânica, atendendo tanto o mercado interno quanto o externo, atendendo 7 países (MST, 2020b). Entre as principais formas de promoção de comercialização estão a organização de feiras da reforma agrária, as compras institucionais (PAA e PNAE), os grupos de consumo e lojas da reforma agrária (MST, 2020b).

2.1.10 Os Assentamentos Eli Vive I e II: Histórico

Neste contexto agrário paranaense, as antigas fazendas Guairacá e Pininga que seriam revertidas nos Assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II, retratam fielmente as etapas históricas da questão agrária paranaense. É notório verificar a concentração de terras, uma vez que as duas propriedades, as quais somam 7,3 mil

hectares, eram detidas por dois proprietários e o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) foi configurado para assentar 501 famílias. As duas fazendas tinham como a principal cultura a cafeeira até 1970 e deste período até a sua desapropriação, foram convertidas à pecuária, modificando inteiramente as suas unidades produtivas. Em entrevista realizada com os agricultores assentados, Santos et al. (2018) relatam que as ocupações na fazenda Guairacá começaram em 1991 e se mantiveram até 2010. Embora a última ação de ocupação não tenha relatado conflito, ao longo dos anos, os agricultores relataram que houve conflitos no pedido de reintegração de posse na primeira ocupação, em 1991. A ocupação contou com cerca de 300 agricultores e agricultoras da região e o conflito deixou 15 pessoas feridas entre policiais militares e agricultores sem-terra (PACCOLA, 1996; ALVES, SACHS, 2020). Em 2009, com o objetivo de pressionar a realização de desapropriar das propriedades e assentar as famílias acampadas e após negociações com o INCRA e com os proprietários das fazendas, o MST voltou a montar os acampamentos nas fazendas. O acampamento provisório teve duração de quatro anos. Neste período, houve a análise da potencialidade produtiva, a aquisição das propriedades pelo governo federal no valor de R\$ 78 milhões, a elaboração do PDA e o assentamento das famílias. Além dos novos assentamentos apresentarem potencialidades produtivas devido à fertilidade do solo, eles também são estratégicos com relação à logística, pois estão perto da região metropolitana de Londrina. (MASCHIO, 2009; MST, 2010; ALVES, SACHS, 2020).

A desapropriação e a aquisição das propriedades pelo INCRA ocorreram em 2010. Através da participação popular e da equipe do INCRA, foram realizados seminários e reuniões coletivas para discutirem o PDA. Os assentamentos foram oficializados em 27 de setembro de 2013 quando foram sorteados os 501 lotes entre as famílias acampadas. Seu nome, definido pelos acampados, é uma homenagem ao camponês Eli Dallemole, líder do MST na região, que foi assassinado em sua propriedade em Ortigueira-PR em 2008 (ASSIS, 2019; SANTOS et al. 2018).

2.1.11 A Agricultura Familiar

Os modelos de agricultura de base familiar são amplamente pesquisados com a finalidade de formular e direcionar políticas públicas para este segmento. A conceitualização da agricultura familiar no Brasil, como aponta Altafin

(2007), não é nova e o seu emprego, sobretudo no caso de formulação de políticas públicas de desenvolvimento, tornou-o um termo operacional para caracterizar grupos heterogêneos como pequenos produtores, camponeses, extrativistas, comunidades rurais tradicionais, silvicultores, aquicultores e indígenas.

Dentre as diversas vertentes conceituais sobre o tema agricultura familiar, Altafin (2007) destaca duas. A primeira considera que a agricultura familiar sofreu ao longo do período a união com o modo de produção capitalista. Nesta primeira linha de pensamento, destaca-se o trabalho de Abramovay (1990) que caracteriza a agricultura familiar nos países centrais como aquela moldada de acordo com as necessidades e interferências do Estado e do capital em integrá-la nas políticas agrícolas de produção e consumo.

A segunda corrente de pensamento, Altafin (2007) apresenta a agricultura familiar como um termo que incorpora diversos modelos de agricultura de base familiar, ou seja, ela se adapta às exigências da sociedade sem a ruptura definitiva de suas raízes históricas. Nesta linha de pensamento, destaca-se Wanderley (1996) que caracteriza a agricultura familiar como um termo genérico e adaptativo ao contexto socioeconômico das sociedades. A autora apresenta o campesinato como uma das formas particulares da agricultura familiar. Suas particularidades estão relacionadas aos "objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global" (WANDERLEY, 1996 p. 3)

Dentre as características fundamentais da agricultura camponesa, Wanderley (1996) aponta i) a produção policultivo-pecuária e ii) na reprodução e constituição do patrimônio familiar. A produção neste modelo se apropria de várias técnicas agrícolas tradicionais que são adaptadas à realidade produtiva familiar relacionadas à disponibilidade dos fatores produtivos. A produção camponesa também se baseia nas trocas não-mercantilizada, inserindo-se no mercado de trocas de mercadoria na venda de seus produtos (VAN DER PLOEG, 2009).

Para Wanderley (1996), a agricultura camponesa se diferencia de uma agricultura de subsistência justamente pela falta desta última em apresentar projetos futuros familiares, sendo um modelo de agricultura voltada para a produção e consumo imediato. Van der Ploeg (2009) apresenta aspectos importantes sobre a agricultura camponesa. Além desta ser imprescindível para a sociedade, sobretudo na questão da soberania alimentar, ela caracteriza-se como um modelo que "luta por

autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação" (VAN DER PLOEG, 2009, p. 18).

Para tanto, o trabalho atual não tem a pertinência de esgotar este debate, contudo, ela se apoia nesta segunda vertente de pensamento e traz as obras supracitadas como referências bibliográficas sugeridas para maiores aprofundamentos. Contudo, para maiores esclarecimentos, trata os conceitos da agricultura familiar como um termo genérico e sinônimo para agricultura camponesa e está embasada na legislação brasileira vigente da agricultura familiar.

A agricultura familiar brasileira deve ser tratada como um setor promotor do desenvolvimento social, econômico e nutricional devido a sua capacidade produtiva, a geração de trabalho, emprego e renda. Segundo Picolotto (2014) o reconhecimento da importância da agricultura familiar no Brasil se dá em três esferas: a constituição de entidades como confederações e sindicatos que tem como finalidade defender os interesses de agricultores familiares, o reconhecimento institucional do Estado brasileiro através da criação de legislação e políticas específicas para o setor.

No Brasil, o marco legal da agricultura familiar está na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 que caracteriza a agricultura familiar, os empreendimentos familiares rurais e o público beneficiário da política nacional da agricultura familiar (BRASIL, 2006) e no Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017. É caracterizado como agricultor familiar aquele que

- (I) Não detenha, a qualquer título, área maior do 4 (quatro) módulos fiscais;
- (II) Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- (III) Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- (IV) Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 1).

Os beneficiários desta política são aqueles que obedecem aos critérios acima e os silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e comunidades tradicionais.

A determinação do público beneficiário foi importante para estabelecer as políticas públicas concernentes ao crédito rural, infraestrutura, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro rural,

legislação sanitária, previdenciária, comercialização e tributária, educação, organização do cooperativismo e associativismo além de contabilizá-la no censo agropecuário de 2006.

A política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares tem como objetivo planejar e executar ações nas seguintes áreas: crédito e fundo de aval, infraestrutura e serviços, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro, habitação, legislação previdenciária, comercial e tributária, cooperativismo e associativismo; educação, capacitação e profissionalização; negócios e serviços rurais não agrícolas e; agroindustrialização.

A agricultura familiar mostra a sua relevância produtiva através dos dados do censo agropecuário de 2017. No Brasil, cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos, 77% do total, foram caracterizados como empreendimento familiar, aproximadamente 80,9 milhões de hectares, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários. A agricultura familiar é responsável pela geração de 10,1 milhões de empregos, cerca de 67% da ocupação total dos estabelecimentos agrícolas. O valor da produção equivale a 23% de toda a produção agropecuária (IBGE, 2019). Ela é caracterizada pelo sistema de produção policultivo de itens presentes na alimentação diária da população, seja em forma “in natura” ou processado.

Dentre as principais culturas produzidas por este setor agrícola, a Tabela 3 apresenta as 10 principais culturas produzidas pelos empreendimentos familiares rurais, a sua representatividade expressa em porcentagem com o total de unidades produtivas, a produção familiar e o quanto ela representa do total da produção nacional de acordo com o Censo Agropecuário 2017.

Tabela 3 – Os 10 principais itens agrícolas produzidos pelos empreendimentos familiares, sua comparação expressa em porcentagem pelo número total de estabelecimentos que produzem tais culturas, sua produção em toneladas e sua representatividade no total produzido de acordo com o censo agropecuário brasileiro, 2017.

Produtos	Estabelecimento		Produção	
	Unidades	Em porcentagem	Em toneladas	Em porcentagem
Milho em grão	1.342.955	81,1	10.972.012	12,5
Mandioca (aipim, macaxeira)	829.062	85,1	4.562.821	69,6
Feijão fradinho em grão	755.150	80,9	157.550	34,4
Feijão de cor em grão	254.083	80,6	150.392	11,6
Abóbora, moranga, jerimum	223.726	81,8	241.074	57,7
Milho forrageiro	215.681	80,6	22.165.581	56,4
Feijão preto em grão	201.845	85,8	164.708	41,8
Feijão verde	167.886	82,0	39.199	55,6
Banana	165.415	81,7	1.953.813	48,5
Soja em grão	164.710	69,7	9.558.657	9,3

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com IBGE (2020).

De acordo com a Tabela 3, itens produtivos como as classes de feijões, são predominantemente produção da agricultura familiar, pois 80% do total dos estabelecimentos que produzem este item são unidades familiares. Isso vale para a produção da mandioca, pois 85% dos estabelecimentos que produzem este item, são unidades familiares. Sobre a produção destas culturas nos estabelecimentos familiares, vale destacar dois grandes tipos de cultivos presentes: aqueles que têm grande representatividade na produção como a mandioca, a qual 69% da produção nacional provém dos estabelecimentos familiares e aqueles com culturas com menor representatividade na produção familiar, os quais são culturas características da monocultura, extensivo em terras e intensivo em capital, como o caso do milho e da soja, que representam respectivamente, por 12% e 9,3% da produção brasileira provém de unidades familiares.

Com relação à pecuária, segundo o censo agropecuário 2017, são 3.089.452 estabelecimentos familiares que representam cerca de 77% do total de estabelecimentos. A Tabela 4 apresenta o número de estabelecimentos, sua representatividade no total dos estabelecimentos agrícolas e as espécies da pecuária produzidas pela agricultura familiar.

Tabela 4 – Total de estabelecimentos agropecuário, quantidade de estabelecimentos familiares e sua representatividade no total de estabelecimentos (em porcentagem) das espécies da pecuária de acordo com o censo agropecuário brasileiro, 2017

Espécie de criação	Total de Estabelecimentos	Estabelecimentos familiares	Representatividade (em %)
Galinhas e frangos	2.847.570	2.281.956	80,14
Bovinos	2.522.487	1.918.214	76,04
Suínos	1.445.901	1.165.396	80,60
Equinos	1.167.066	815.697	69,89
Ovinos	512.093	375.719	73,37
Caprinos	326.317	254.890	78,11
Asininos	237.575	196.712	82,80
Muares	281.491	193.110	68,60
Patos, gansos e perdizes	250.356	191.210	76,38
Perus	82.608	63.885	77,34

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com IBGE (2020)

Os dados da Tabela 4 mostram que a principal espécie a ser produzido por propriedades da agricultura familiar são as aves (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos) que representa 80,14% do total de estabelecimentos. A agricultura familiar tem relevância na produção de bovinos e suínos, representando, respectivamente, 76% e 80% dos estabelecimentos totais do censo agropecuário de 2017.

Como apresentado, a agricultura familiar mostra a sua relevância para o desenvolvimento nacional, quer seja na geração de postos de trabalho quer seja na sua representatividade na produção total agrícola.

Dentre as políticas que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura familiar, está o PRONAF, institucionalizado através do Decreto 1946 de 28 de junho de 1996. O Pronaf é uma política pública de crédito rural que tem como objetivo promover o desenvolvimento da agricultura familiar através da concessão de crédito e assistência técnica com o foco na capacidade produtiva e na geração de empregos e renda (BRASIL, 1996). Na sua criação, o PRONAF operou a linha de crédito de custeio, ampliando no ano seguinte para as linhas de investimento, infraestrutura e serviços, capacitação e pesquisa (DINIZ FILHO; ZAFALON, 2011).

O Pronaf oferece 12 linhas de créditos e financia desde os insumos agropecuários, aquisição de máquinas e equipamentos, consolidação de sistemas

produtivos, incentivo ao trabalho associado, feminino e jovem na unidade produtiva e a construção de agroindústrias relacionadas ao armazenamento. Cada linha tem seus valores definidos de acordo com a modalidade do empréstimo, individuais ou coletivos e suas taxas de juros variam entre 0,5% a 4,3% ao ano. Para o agricultor ser elegível às linhas é necessário atender aos requisitos da agricultura familiar disponível na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Desde 1999 o PRONAF procurou integrar os agricultores assentados da reforma agrária às suas linhas de crédito (DINIZ FILHO; ZAFALON, 2011).

2.1.12 Assentamentos Rurais da Reforma Agrária

Os assentamentos da reforma agrária no Brasil são unidades agrícolas provenientes de grandes propriedades privadas desapropriadas, compradas, desafetadas, arrecadadas ou de terras pertencentes à União que não cumpriram a sua função social e são destinadas para o programa de reforma agrária conduzida pelo INCRA através da implantação de projetos de assentamentos federal (PA).

A organização produtiva, econômica e social é apresentada no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e faz parte da etapa de estruturação dos assentamentos. Esse documento é um estudo socioeconômico da realidade local e apresenta propostas para o desenvolvimento dos assentamentos. O PDA é organizado pelo INCRA em conjunto com a comunidade de agricultores assentados (INCRA 2019b).

Cada PA é independente e difere com relação à sua capacidade de assentar famílias, no tamanho dos lotes e seus potenciais produtivos. Os lotes são determinados pela geografia do terreno, pelas condições produtivas da terra, pelo acesso à infraestrutura e às condições sociais das famílias beneficiadas (INCRA, 2019a).

As entregas dos lotes são conduzidas pelo INCRA através de sorteios e busca beneficiar famílias que não tem condições para adquirir um imóvel rural e que já estão cadastradas nas listas de beneficiários do programa da reforma agrária. Os beneficiários assinam o contrato de concessão de uso, o que dá o direito de morar e explorar a unidade produtiva destinada no tempo que desejar, desde que cumpridas as exigências de uso e posse da terra (INCRA, 2019a). Isto garante o acesso às linhas de crédito e outros fomentos disponibilizados pelo INCRA e pela

União, estados e municípios através de programas de apoio à agricultura familiar (INCRA, 2019c).

Com a finalidade de desenvolver os assentamentos e seus sistemas produtivos, são oferecidas modalidades de crédito e fomento para os beneficiários do programa nacional de reforma agrária. O Decreto nº 9.424/2018 regulamenta a concessão de crédito, caracteriza o papel do agente público, aponta os critérios legais dos beneficiários para a sua admissão, regulamenta os valores, taxas de juros e prazos de vencimento de parcelas para cada modalidade (BRASIL, 2018). O INCRA é o órgão responsável pela gestão e operacionalização do crédito aos beneficiários. Atualmente, há 9 modalidades de crédito, são elas: Apoio inicial, fomento, fomento mulher, semiárido, florestal, recuperação ambiental, cacau; habitação e reforma habitacional. Os valores variam conforme a linha enquadrada, variando de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) por família (BRASIL 2018).

Em síntese, a política nacional de reforma agrária busca planejar, implantar, estruturar os assentamentos e criar condições de moradia, trabalho, produção, renda e acesso aos serviços básicos de saúde e educação para que os agricultores, agricultoras, camponeses e camponesas produzam para a sua subsistência e comercializem o excedente produtivo.

2.2 AS EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS ACERCA DA REFORMA AGRÁRIA

A formação agrária latino-americana, a ocupação dos espaços e os conflitos sociais do campo assemelham-se com a formação agrária brasileira. A concentração e a propriedade de terra, impulsionado pelo processo colonizador e subsequentemente pelos movimentos de independência em seus países, contribuíram para a formação de uma oligarquia agrária e política de colonos descendentes europeus (CHONCHOL, 2003).

Para De Janvry (1981), o desenvolvimento do setor agrícola na América Latina está intimamente relacionado ao modo de produção capitalista em seu processo de desenvolvimento e crises. Este desenvolvimento tem dupla característica, ele é global e desigual, pois a dinâmica da cadeia produtiva abrange o emprego de capital e tecnologias estrangeiras e o seu comércio com o mercado internacional e desigual, pois o processo de desenvolvimento é heterogêneo ao longo do tempo, entre regiões e indivíduos. É neste desenvolvimento desigual e nas

crises capitalistas que o setor agrário está consolidado: no desenvolvimento latifundiário e de suas políticas agrícolas e no agravamento da pobreza rural e das políticas agrárias de trabalhadores rurais e camponeses que ficaram historicamente à margem do processo deste desenvolvimento.

De acordo com Chonchol (2003), a estrutura agrícola produtiva, altamente dependente do capital estrangeiro, sobretudo a americana, era embasado no latifúndio pecuarista e monocultor de grãos nas zonas temperadas e subtropicais e de plantações nas zonas tropicais visando o mercado internacional. As regiões que destacam estes avanços da produção agropecuária são o pampa argentino com a cultura bovina, o crescimento da agroindústria da lã no Uruguai, a expansão cafeeira e bananeira na América Central, a exploração econômica do guano e posteriormente com a cultura canvieira e algodão no Perú, a expansão agrícola mexicana, a exploração do complexo açucareiro em Cuba e a produção e beneficiamento do trigo no Chile.

O desenvolvimento do capitalismo agrário, iniciado a partir do final do século XIX, promoveu o fluxo imigratório da população local e europeia para as áreas rurais visando solucionar a escassez de mão de obra e proporcionou a estruturação dos meios de transporte e comunicação. Contudo, Chonchol (2003) afirma que este “crescimento empobrecedor” de fato alargou a desigualdade econômica e social entre os latifundiários e os trabalhadores rurais, camponeses e indígenas. É neste contexto que surge a necessidade de incluir na pauta dos programas políticos, a reestruturação fundiária distributiva.

Bellisário (2013), Chonchol (2003) e De Janvry (1981) relatam a adesão de governos latino-americanos nos anos 1960 à política de implantação de reforma agrária. Em resposta ao avanço de movimentos revolucionários como o cubano, os Estados Unidos da América lança um pacote de cooperação econômica aos países latino-americanos com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico de cunho liberal intitulado “Aliança pelo Progresso” (1961) que teve o desenvolvimento de programas de reforma agrária que tinha como objetivo de condicionar a modernização agrária à ajuda financeira aos países do bloco. Todavia, segundo Chonchol (2003), os governos conservadores se limitaram a promover leis e organismos públicos sem o comprometimento efetivo de executá-la. Além do Brasil, este exemplo pode ser visto em outros países como Perú, Chile, Equador, Colômbia e nos países centro-americanos. Em seus programas de reforma agrária,

os objetivos centravam na melhoria das condições da vida do campesinato e integrá-los no mercado consumidor nacional. Dentre as principais experiências de reforma agrária já executadas na América Latina, destacam-se as reformas agrárias mexicana, a cubana e a boliviana (CHONCHOL, 2003).

2.2.1 A Experiência Mexicana

A reforma agrária mexicana nasce no contexto revolucionário e teve como objetivo modificar a estrutura fundiária através de desapropriação de grandes propriedades, na redistribuição de terras, na luta por justiça social e direitos campesinos (FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ, 1957). A reforma agrária mexicana tem como regimento jurídico a Lei agrária de 6 de janeiro de 1915, que tem como fundamento a retomada da terra e a promoção do bem estar social de camponeses, pequenos agricultores e povos indígenas que foram expulsos pelo latifúndio, a expropriação de terras pelo governo federal de terras que foram invadidas e dá outras providencias sobre o assentamento, a divisão das terras entre os camponeses e a criação de comissões agrárias que objetivava o desenvolvimento produtivo destes agricultores e camponeses.

Os conceitos fundamentais da política de reforma estão na consolidação da pequena propriedade e nos *ejidos*, que são comunidades rurais de organização e gestão coletiva das famílias que os constituem. Os *ejidos* são divididos em três áreas: os assentamentos humanos são destinados para formar e desenvolver as comunidades e vilarejos, área de uso comum destinado para o sustento econômico e social da comunidade e as parcelas onde as famílias as exploram a cultura agrícola de forma econômica. Esta por sua vez pode ser de uso individual, coletivo ou entre grupos (MEXICO, 2018). Fernández y Fernández (1957) enumera as vantagens deste modelo de uso e posse, a saber: a proibição do uso das terras para especulação imobiliária; a promoção do uso da terra por uma classe genuinamente trabalhadora, o campesinato mexicano; é uma maneira de impedir a concentração de terras e o avanço do latifúndio; é uma maneira de promover a soberania nacional através da ocupação de terras pelos trabalhadores rurais mexicanos em detrimento à posse estrangeira; é uma forma de promover a formação de organizações coletivas, como o cooperativismo.

Ao longo dos anos, a reforma agrária mexicana sofre transformações devido às necessidades de modernização e integração e as

condições econômicas do México. Arango Cruz (2016) cita reformas importantes na constituição e criação de leis como a lei dos ejidos (1920), a regulação agrária da Comissão Nacional Agrária, a lei do patrimônio *ejidal*, a leis de crédito agrícola (1926), a lei de dotação e restituição de terras e águas (1927) e a lei federal de reforma agrária (1971).

Sob orientação das estratégias de governos que adotaram a agenda neoliberal de abertura comercial e criação de um tratado de livre comércio regional, a reforma agrária mexicana sofre modificações profundas em sua condução por meio da reforma constitucional do artigo 27. A promulgação da lei agrária e florestal de 6 de janeiro de 1992 o qual modifica as relações de propriedade da terra e as modalidades e aproveitamento dos recursos naturais. Dentre as modificações mais importantes estão a supressão da distribuição de terras, a privatização dos *ejidos*, a ampliação dos limites da propriedade privada e o abandono da função social da terra a favor da aplicação da teoria das vantagens comparativas e o reordenamento judiciário agrário (GROHMANN, 1993).

2.2.2 A Experiência Cubana

A reforma agrária cubana, está intimamente ligada à Revolução Cubana de 1959. O campesinato e trabalhadores rurais, outrora marginalizados pelo processo produtivo dominante, tiveram participação importante na consolidação de um novo regime político e social.

A estrutura fundiária nos anos 50, período o qual se destaca a ditadura de Fulgêncio Batista (1952-1959), caracterizava-se pelo latifúndio monocultor, pelo atraso tecnológico e pela elevada concentração de terra naquele país. Segundo Valdéz Paz (2011) cerca de 57% das terras agricultáveis cubanas estavam nas mãos de 3% de proprietários ao passo que os 78,5% de camponeses, cerca de 126 mil, ocupavam 15% das terras. A estrutura de trabalho do campesinato cubano embasava-se no assalariamento, na parceria e no arrendamento de terras.

A revolução cubana liderada por Fidel Castro teve como propósito modificar substancialmente a estrutura econômica e social daquele país e teve como a reforma agrária o primeiro plano de governo. O plano de governo, por sua vez, teve como objetivo alterar o regime de propriedades, de cultivos e o regime de trabalho (VASCONCELOS, 2015). De acordo com Valdés Paz (2011), Cuba realizou quatro reformas agrárias ao longo de sua história pós-revolução. A criação do

Instituto Nacional de Reforma agrária (INRA) e a primeira lei de reforma agrária, promulgada em 17 de maio de 1959, impulsionou os primeiros movimentos de desapropriação. Esta lei teve como objetivo extinguir o latifúndio e a propriedade estrangeira e transferi-la para 100 mil beneficiários camponeses. Segundo Vasconcelos (2015), a segunda lei de reforma agrária, promulgada em 3 de outubro de 1963, extinguiu o latifúndio no país. A propriedade privada foi restrita àquelas propriedades rurais com menos de 67 hectares, sendo nacionalizadas as propriedades que superasse este tamanho. Desta forma, o estado cubano teve 66% das terras em sua posse e transformou a agricultura na base do desenvolvimento cubano (VALDÉS PAZ, 2011).

Com relação ao uso do solo e o investimento em tecnologia, o sistema produtivo empregou um modelo híbrido. A agricultura intensiva canavieira e seu sistema agroindustrial e a bovinocultura não apenas permaneceu como intensificou-se, contudo, através das cooperativas (VASCONCELOS, 2015).

A adoção de técnicas agroecológicas e a diversificação de culturas foram promovidas ao longo do tempo e foi fundamental para o estabelecimento do camponês e das famílias no campo, uma vez que estas técnicas mais se adequam às realidades do campo. Foram nestes três grandes setores que no período dos anos 1970 o governo cubano intensificou a pesquisa e extensão rural com a criação de institutos e centros de pesquisas. A estrutura produtiva sofreria modificações nos anos 2000 com a introdução de outras culturas agrícolas e a silvicultura (VALDÉS PAZ, 2011).

Segundo Valdés Paz (2011), a terceira lei de reforma agrária, instaurada em 1993 buscou estimular a organização e a produção cooperativa ao estabelecer unidades básicas de produção e a redistribuição de terras estatais às cooperativas e aos camponeses. Estas medidas foram tomadas para solucionar as crises de desabastecimento e o esgotamento do modelo tecnológico adotado.

Estes problemas se deram devido à queda do bloco socialista do leste europeu, a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o bloqueio econômico americano imposto por mais de quarenta anos ao governo cubano. A reforma agrária iniciada em 2008 seguiu com o objetivo de diminuir a posse de terra estatal para 25% e estimular o trabalho rural através da redistribuição de terras para camponeses e cooperativas.

2.2.3 A Experiência Boliviana

A Revolução boliviana, iniciada em 1952 sob o governo de Victor Paz Estrenssoro, promoveu reformas estruturais no âmbito educacional, agrário e social e impulsionou o processo de modernização do país. A reforma agrária boliviana, uma das pautas revolucionárias, teve como marco o Decreto-Lei nº 3464 de 2 de agosto de 1953 e tem como objetivos redistribuir terras providas da desapropriação de latifúndios para trabalhadores rurais e camponeses; alterar as relações de trabalho com a abolição do regime de servidão; incrementar os níveis de produtividade e produção e estimular o cooperativismo de camponeses, pequenos e médios agricultores; promover a corrente de migração da população concentrada na zona interandina através da ocupação de áreas agricultáveis (BONIFAZ, 2003). Segundo Galoppo von Borries (2003), entre 1953 até 1992, foram redistribuídos mais de 44 milhões de hectares nos nove departamentos, beneficiando o total de 618.909 famílias.

Outros países encontraram dificuldades no estabelecimento dos programas de reforma agrária. A Nicarágua ao implementar a política redistributiva em 1953, beneficiando mais de cem mil trabalhadores, defrontou-se com resistência e movimentos contra reformistas liderado por empresas estrangeiras com destaque pela United Fruit e do governo dos Estados Unidos. A Venezuela por sua vez, ao implantar a política em 1960, teve grande apoio e impulso, o que foi perdido ao longo do tempo. Somente 12 mil famílias foram beneficiadas, somando 337 mil hectares.

Para Chonchol (2003) dois fatores foram fundamentais para a não realização de programas de reforma agrária na América Latina. A constituição de governos conservadores com forte apoio da elite agrária e a introdução da nova matriz tecnológica produtiva no setor agrícola. Duas exceções a este processo foram Chile e Peru.

No Chile, o programa de reforma agrária local teve como marco a lei nº 15.020 de 1962 e sua reformulação na lei 16.640 de 1967. Segundo Bellisaro (2013) entre 1964 a 1970, o governo Montalva (1964-1970) desapropriou 1.406 propriedades, totalizando 3,5 milhões de hectares, beneficiando cerca de 21.290 camponeses. Já na gestão Allende (1970-1973), foram desapropriadas 4.403 propriedades rurais, totalizando 6,4 milhões de hectares, beneficiando 55.279

trabalhadores rurais.

O programa de reforma agrária promoveria o desenvolvimento produtivo e a inclusão do campesinato no setor produtivo e consumidor e impulsionaria o mercado interno. Portanto, a política de reforma agrária esteve como estratégia de desenvolvimento econômico e social do governo Allende (BELLISARO, 2013).

Esta política sofre retrocessos com o golpe militar e a implantação do regime ditatorial de Augusto José Ramón Pinochet Ugarte (1973-1990) o qual, segundo Bellisaro (2013), além de implantar a agricultura de base capitalista baseado nas explorações dos recursos naturais para o mercado externo, este governo promoveu a política de restituição das propriedades aos antigos proprietários, revogando acordos de desapropriação.

Chonchol (2003) aponta fatores estruturais das décadas seguintes que provocaram o retrocesso nas pautas reformistas. Na questão produtiva, a matriz tecnológica voltada para a oferta de commodities agrícolas proveniente da intensificação de capital e na exploração extensiva de terras, excluiu o debate sobre o processo de redistribuição de terras com a justificativa desta matriz promover o crescimento econômico e desenvolvimento nacional. A ascensão de regimes autoritários militares através de golpes de estado e sua repressão aos movimentos populares, apoiados por movimentos conservadores destas sociedades e pela adoção de políticas econômicas neoliberais, contribuíram para o desmantelamento de políticas e programas de reforma agrária nas décadas seguintes e produziram movimentos contra reformistas violentos, como no Chile. Além do Brasil, apenas a Nicarágua volta a discutir esta temática na década de 1980 com a ascensão da Revolução sandinista (CHONCHOL, 2003).

Em síntese, a reforma agrária ascendeu através das mudanças políticas ocorridas nos países latino-americanos, não sendo, essencialmente, pela pressão dos camponeses em acessar a terra. Estas mudanças, coordenadas por regimes políticos de base urbana tinha como propósito a queda de regimes liberais e de base oligárquica como são os casos de Cuba, Venezuela, México e Nicarágua e a modernização econômica e social, como são os casos de Chile e Perú. Em geral, as políticas de reforma agrária tinham como objetivo quebrar o poder oligárquico rural por meio da extinção do latifúndio e promover o desenvolvimento do campesinato através da redistribuição de terra e a sua integração no mercado

consumidor e indústria nacional. Com esta integração, objetivava-se também a maior participação destes, o que promoveria a equidade social e o fortalecimento dos regimes democráticos (CHONCHOL, 2003).

2.3 FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA

Os estudos sobre as questões sociais, produtivas e econômicas com ênfase nos assentamentos da reforma agrária ganharam relevância no final dos anos 1990. Bittencourt et al. (1999) investigaram os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil e concluíram que o nível de desenvolvimento dos assentamentos está atrelado aos fatores naturais de produção como a qualidade do solo, a disponibilidade de água, o acesso e interligação dos assentamentos às cadeias agroindústrias e ao mercado consumidor final.

Monte e Pereira (2009) analisaram os principais fatores que determinam as etapas de desenvolvimento de um PA no Brasil. Os autores analisaram por região e utilizaram o teste da igualdade de médias (Anova), para verificar se a diferença de renda entre as etapas de desenvolvimento do PA é estatisticamente significativa e uma regressão múltipla para verificar se a variável renda é explicada pelo processo de desenvolvimento do assentamento, acesso às linhas de crédito, infraestrutura básica, localidade do PA, anos de existência do PA e a participação das famílias em associações e cooperativas. O estudo destaca a importância da organização coletiva dos assentados através de cooperativas, o nível de escolaridade e concluem que estes fatores contribuem para o desenvolvimento dos PA e são determinantes na geração de renda familiar.

Com ênfase na estratégia e acesso aos mercados de consumo, Sant'Ana e Tarsitano (2009) analisaram os sistemas produtivos e comercial das famílias assentadas da região de Andradina-SP. O trabalho apontou a predominância da pecuária leiteira e destacou que aquelas famílias que têm em seu escopo produtivo a diversificação produtiva nas culturas do milho e algodão apresentam estratégias diversas no acesso a diversos tipos de mercado como a venda direta ao consumidor e o varejo. Os resultados dos grupos que diversificaram a produção e os canais comercialização foram idênticos aos produtores que direcionaram apenas para o aumento da produção e da produtividade.

Em seu estudo, Da Rosa (2009) analisou três sistemas produtivos em sete assentamentos rurais no município de Tamarana-PR, o grupo do leite, grupo dos grãos e grupo de olerícolas. A metodologia empregada se baseou em estudo de caso e entrevista. A natureza da pesquisa foi exploratória e descritiva. Foram selecionadas 114 famílias. Os resultados apresentaram variabilidade produtiva entre os grupos. Os grupos de olerícola obtiveram maiores rendas da produção enquanto os grupos de grãos utilizam menos capital intensivo e a renda provém de outras atividades não providas dos estabelecimentos agrícolas. Com relação à análise do grupo do leite, as famílias deste sistema apresentaram menor renda bruta familiar. O trabalho também conclui que as famílias pesquisadas estão integradas aos mercados de produção e serviços. Nos indicadores analisados, habitação, educação, saúde e bens de consumo, as famílias estudadas usufruem de habitações em bom estado de conservação e acessam os serviços de educação e saúde, além de terem acesso aos bens de consumo.

Com ênfase num levantamento socioeconômico nos assentamentos de Tamarana-PR, Da Rosa e Guimarães (2011) apresentam as características sociais, econômicas e produtivas de sete assentamentos rurais. Com base de dados do Projeto Redes de Referências para Agricultura Familiar elaborado pela Emater-PR, a pesquisa apresentou as características sociais e econômicas das famílias assentadas. As rendas das famílias vêm da produção agropecuária, do trabalho externo e de aposentadorias.

O trabalho de Ribeiro, Gastal e Melo (2018), por sua vez, teve como objetivo identificar e caracterizar os principais sistemas de produção em 10 assentamentos de Unaí-MG. O trabalho revela a importância da diversidade produtiva com ênfase na produção leiteira e seus derivados e da produção de olerícolas na formação da renda familiar, além do emprego de mão de obra familiar e o complemento de renda vindo da aposentadoria.

Reis, Moreira, Vilpoux (2018) avaliam os fatores que influenciam na eficiência técnica da produção agrícola nos assentamentos da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul. Os autores utilizam a Fronteira Estocástica de Produção com especificação da função minceriana ajustada para estimar os níveis de eficiência técnica e o método de regressão *two-limit tobit* para estimar os efeitos sobre a eficiência técnica das características socioeconômicas dos assentados. Os resultados mostram a média da eficiência técnica dos agricultores foi de 53,4%.

Enfatizam que o nível de escolaridade do gestor atrelada ao acesso à assistência técnica, crédito rural e a diversificação de produtos contribuem para a eficiência técnica do estabelecimento agrícola.

O estudo de Modenese e Sant'Ana (2019) analisa os efeitos da inserção de um canal de comercialização institucional, o PAA, com relação à diversificação produtiva, sobretudo à produção vegetal de um assentamento em Mirandópolis-SP.

O Assentamento Eli Vive, pela sua contribuição regional, é constantemente objeto de estudo de diversos campos do conhecimento. O estudo de Bridi et al. (2017) enfoca no desenvolvimento participativo da cadeia produtiva e comercial do leite no manejo agroecológico como estratégia de melhorar a renda dos assentados. O trabalho de Moreira et al. (2019) relata a construção de um canal de comercialização por meio eletrônico com a finalidade de inserir o grupo de camponesas no meio comercial. Por sua vez, a pesquisa de Santos et al. (2018) apresenta os aspectos histórico e geográfico da formação e consolidação do Assentamento Eli Vive.

O estudo de Alves e Sachs (2020) descreve os recursos naturais e produtivos do Assentamento Eli Vive, as características físicas, sociais e culturais das famílias e as características estruturais da educação no local. Os estudos de Assis (2020) apresentam a mística no contexto político social e como ela é determinante para a formação da militância política e social.

O método mais utilizado pelos autores foi o método de estudo de caso e aplicação de questionário socioeconômico elaborado pelos autores ou equipe de trabalho. Este método é amplamente utilizado devido à falta de pesquisas censitárias ou amostrais elaboradas periodicamente pelas organizações governamentais.

Em comum aos estudos que envolvem o perfil de assentamentos e que avaliam diferentes perspectivas dessas unidades tem-se a utilização do modelo de estudos de caso com uso de dados primários – questionários, sendo necessária uma análise prévia da realidade na qual esses assentamentos estão inseridos.

Cabe mencionar a importância de construção de pesquisas para compreender os processos de desenvolvimentos dos PAs. O Censo da Reforma Agrária de 2002, organizado pelo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA), é um estudo nacional que tem como objetivo identificar as

famílias assentadas em áreas de projetos de reforma agrária do Governo Federal e analisar o perfil socioeconômico destas famílias. Para tanto, foi criado um banco de dados quantitativos com 178 questões estruturadas integrando os dados cadastrais de criação dos PA com a situação fundiária, moradia e acesso a serviços, sistemas de produção, rendas não agrícolas, renda total e créditos, comercialização e assistência técnica e meio ambiente das famílias assentadas.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho baseia-se no método estudo de caso, sendo essa proposta metodológica mais adequada ao objetivo deste estudo, pois segundo Gil (1999) o método busca:

Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 1999, p. 59).

O referido autor destaca aspectos negativos deste método, como a falta de procedimentos metodológicos, a generalização das proposições teóricas e tempo destinado à pesquisa (GIL, 1999). Rocha (2016) afirma que o método de estudo de caso vem sendo bastante utilizado em trabalhos acadêmicos em várias áreas do conhecimento das universidades brasileiras e estrangeiras devido a sua proposta de se aprofundar em estudos orientados nos aspectos sociais e na análise de implantação de políticas públicas.

A coleta dos dados para este estudo utiliza um questionário semiestruturado proposto pelo autor (Apêndice). O formulário de informações socioeconômicas do produtor rural é composto por 26 questões e está dividido em três partes: i) Informações acerca da característica do agricultor ou agricultora responsável pelo lote; ii) Característica do empreendimento familiar e; iii) Informações socioeconômica.

As informações obtidas na seção I do questionário diz respeito à localidade do entrevistado(a), o seu grau de instrução e as formas de organização coletiva que o entrevistado está associado. Estas informações são pertinentes para conhecer o grau de instrução e envolvimento político e social que contribuem na sua formação e capacitação produtiva.

Na seção II, além das informações do acesso da propriedade aos meios de serviço básico e de comunicação, há questões sobre a sua estruturação produtiva como as suas benfeitorias, a disponibilidade de máquinas, implementos e ferramentas e o acesso ao serviço de assistência técnica.

A seção III apresenta questões acerca da família e seu acesso aos serviços de saúde e educação. Nesta seção também se questiona a formação da renda familiar, a renda da produção, os principais custos de produção além de

conhecer as fontes de comercialização e linhas de crédito acessadas pelo entrevistado. Os resultados permitem inferir sobre a importância da produção agrícola na renda familiar total e conhecer os principais meios de comercialização do agricultor e o seu acesso ao crédito rural.

O delineamento do perfil do entrevistado baseia-se na população rural da cidade de Londrina-PR, mais especificamente nos Assentamentos Eli Vive I e II. Embora se tratem os PAs de forma distinta para efeitos jurídicos, não há esta separação quanto às organizações produtivas e os processos de participação coletiva. Portanto, a pesquisa traz resultados únicos, sem distinção entre os domicílios e sua localidade. Considerando o número de agricultores dos dois assentamentos, foram aplicados 47 questionários, que representa cerca de 9% da população residente nos dois assentamentos

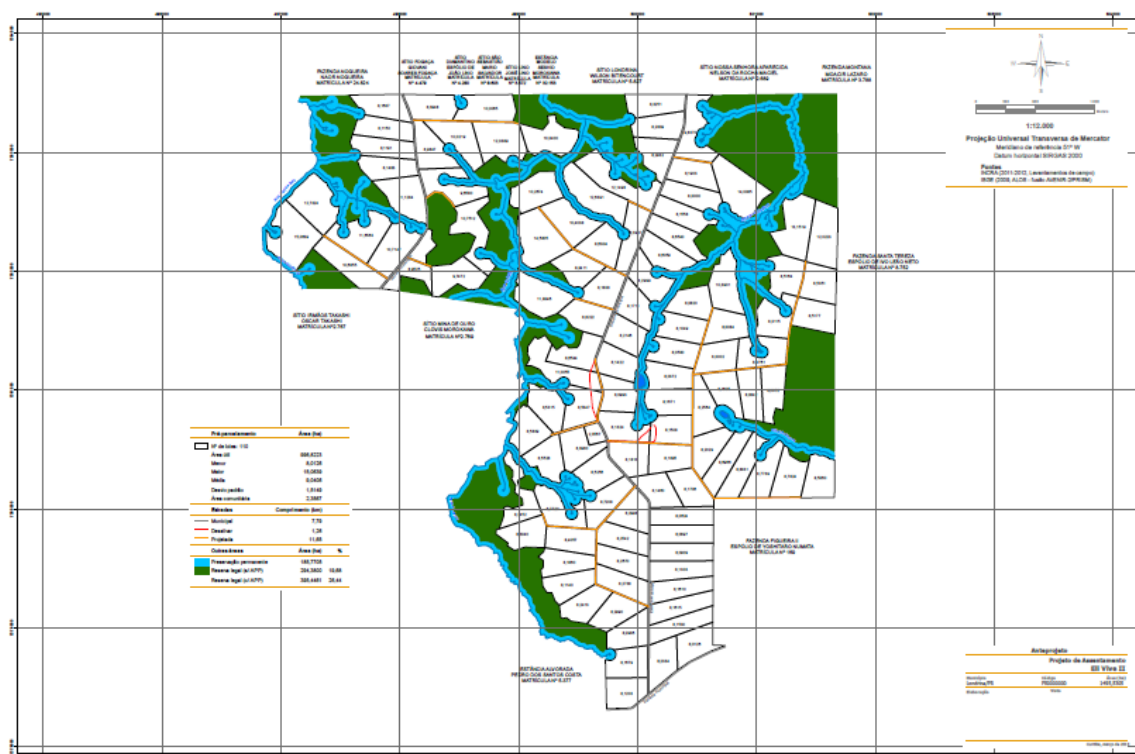
A pesquisa foi realizada entre os meses de outubro de 2020 a fevereiro de 2021. A tabulação dos dados não teve a separação entre os assentamentos. Esta ação se justifica devido à própria organização social e produtiva local não fazer distinção e seus projetos produtivos e sociais serem integrados.

A condução do estudo, em suas etapas, foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (CEP-UEL) registrado sob o número 36823020.3.0000.5231 e com aprovação no parecer 4.249.755.

É possível observar na Figura 3, como estão divididos os lotes e as suas localizações, as linhas de estradas (linhas cinzas, laranjas e vermelhas), as áreas de proteção permanente e de reserva legal (verde) que são coletivas e as fontes hídricas (azul). O Rio Taquara é o principal rio que passa na divisa norte do assentamento.

O assentamento Eli Vive II, antiga fazenda Pininga, compreende uma área de 1.495,53 ha. São 110 lotes registrados sendo que o maior lote e o menor lote são de 15,06 ha e de 8,01 ha, respectivamente (BRASIL, 2013). A Figura 4 retrata os lotes e as áreas de reserva legal.

Figura 4 – Mapa do anteprojeto de parcelamento do PA Eli Vive II – Londrina-PR (2013)



Fonte: Brasil, MDA (2013)

Por meio da Figura 4, é possível observar as divisões dos lotes com suas respectivas áreas, as estradas (cinza, laranja e vermelha), o planejamento hídrico e as áreas de proteção permanente e reservas legais coletivas (BRASIL, 2013). Como observam Alves e Sachs (2020), as áreas de proteção natural ocupam cerca de 30% da área total do assentamento que também é abastecido por pequenos rios os quais destacam-se o Rio Taquara, Rio Barra Funda e Ribeirão do Português.

4.2 PERFIL DO AGRICULTOR RURAL E A ESTRUTURA DO ASSENTAMENTO

Conhecer os perfis etários e educacionais do agricultor e agricultora rural é estratégico na abordagem da comunicação no campo e em seu processo de desenvolvimento. Com base em suas características, necessidades e limitações é possível elaborar políticas de inclusão produtiva por meio da assistência técnica e extensão rural. A Tabela 5 apresenta os primeiros resultados da pesquisa quanto a idade dos entrevistados, média e moda.

Tabela 5 – Medidas de tendência central de idade dos assentados do Eli Vive I e Eli Vive II localizados em Londrina-PR (2021)

Medidas	Em anos
Média	42
Moda	30
Desvio Padrão	12

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

Segundo a Tabela 5, a média de idade dos agricultores é de 42 anos. A idade captada na pesquisa com mais frequência foi de 30 anos com 4 agricultores e o desvio padrão amostral foi elevado, 12 anos, o que demonstra dispersão das idades com relação à média etária. A Tabela 6 apresenta a frequência de idades.

Tabela 6 – Frequência de idades da amostra de domicílios dos assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II em Londrina-PR (2021)

Amplitude (em anos)	Agricultores	Frequência relativa (%)
18 a 25	3	6,38
26 a 33	12	25,53
34 a 41	4	8,51
42 a 49	15	31,91
50 a 57	9	19,15
58 e acima	4	8,51

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

A frequência de idade dos agricultores está na faixa entre 42 a 49 anos com frequência de 15 domicílios, o que representa cerca de 32% dos entrevistados nesta faixa etária. Nota-se também o valor elevado da faixa etária de

50 a 57 anos que representa 19% da amostra. Estes resultados são semelhantes com as classes em destaques no Censo Agropecuário 2017 para os recortes da região Sul e para o estado do Paraná, onde as classes que se destacam são as “De 45 a menos de 55 anos”, que representam cerca de 26% dos agricultores familiares da região Sul e 25% do estado do Paraná, e a faixa de 55 a menos de 65 anos, que representam 28% e 27% dos agricultores familiares da Região Sul e do estado do Paraná respectivamente (IBGE, 2019). Da mesma forma, os estudos de Simonato et al. (2014) e Modenese e Sant’Ana (2019) mostram que a idade avançada é uma realidade no setor rural. Enquanto o primeiro estudo apresenta que a faixa etária mais frequente está entre 40 a 50 anos, o segundo, com o recorte amostral dos assentados da reforma agrária que participam do PAA, mostra que a idade média é de 49 anos e 52% destes agricultores, tem mais de 50 anos. A idade mostra aspectos positivos como a experiência produtiva destes agricultores, por outro lado, a população em idade avançada mostram restrições com relação à mobilidade física laboral e o problema de integração do jovem e a sua sucessão no estabelecimento familiar (MODENSESE; SANT’ANA, 2019).

Deste modo, os resultados comparativos entre as pesquisas e os últimos censos apontaram duas tendências na agricultura familiar brasileira: o envelhecimento populacional e o êxodo rural dos jovens. Desta forma, é necessário desenvolver ações que motivem a permanência da juventude no campo. Segundo Dotto (2011), além do gênero e a origem da família, a renda familiar e a participação do jovem no empreendimento familiar são apontadas como os principais fatores que influenciam a permanência do jovem no campo. Para o autor, quanto maior a renda familiar e as suas condições materiais, maiores são as possibilidades de saída. Com relação à participação, quanto maior a integração no processo decisório do jovem quanto aos aspectos produtivos e comerciais, maiores também são as possibilidades de permanência do jovem no campo.

Barcellos (2015) aponta para a necessidade de criação e consolidação de políticas públicas nas reivindicações históricas da sociedade rural como trabalho, educação e meio ambiente e também aquelas que contemplam os aspectos culturais e política. Isto contribui para o desenvolvimento produtivo e a sucessão geracional da propriedade familiar.

Dentre as atividades tradicionais do Assentamento Eli Vive I e II, Alves e Sachs (2020) destacam as festas de aniversário do assentamento, a festa

da Batata Doce e a Festa do Milho. As autoras destacam que a localidade não dispõe de museus e as bibliotecas disponíveis são apenas as das escolas.

Sobre a formação educacional, a Tabela 7 apresenta os valores absolutos e relativos dos níveis de ensino relatado pelos domicílios.

Tabela 7 – Formação educacional no Assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021)

Formação Educacional	Total	Valor em %
Não alfabetizado	2	4
Ensino primário	6	13
Completo	4	9
Incompleto	2	4
Ensino Fundamental	18	38
Completo	9	19
Incompleto	9	19
Ensino médio	15	32
Completo	12	26
Incompleto	3	6
Ensino Superior	5	11
Completo	2	4
Incompleto	3	6
Pós-Graduação	1	2
Especialização	0	0
Mestrado	1	2
Doutorado	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

De acordo com a Tabela 7, a formação educacional que se destaca é a formação do ensino fundamental que representa 38% da amostra. Aqueles que completaram o ensino, fundamental, representam 19% de toda a amostra e aqueles que não tem a educação fundamental completa representa 19% dos entrevistados. Quando somados aqueles que tem os ensinos primário e fundamental, de acordo com a atual base nacional curricular, o resultado mostra que 51% dos entrevistados passaram pelos bancos escolares e tem até o ensino fundamental, sendo completos ou incompletos. Resultados semelhantes podem ser encontrados em Alves e Sachs (2020) cuja formação educacional das famílias do Assentamento Eli Vive I e II estão concentradas naqueles que frequentaram o ensino fundamental até a 8ª série e naqueles que frequentaram o ensino médio até a 3ª série. As autoras destacam que a localidade tem baixa taxa de analfabetismo e que há poucos assentados com ensino superior. Por sua vez, o censo agropecuário 2017, com o recorte para a

agricultura familiar na região sul do Brasil e no estado do Paraná, apresenta que o nível fundamental também é predominante e representam, respectivamente, 67% e 77% do total populacional (IBGE, 2019). Cabe mencionar os valores expressivos encontrados na pesquisa para aqueles que tem o ensino médio, que representa 32% e há na localidade, agricultores que tem o ensino superior e pós-graduação, somando 14%. Foi verificado também no estudo de Simonato et al. (2014) a predominância daqueles que não completaram o ensino fundamental, cerca de 68% dos assentados. Para os autores, a baixa escolaridade está vinculada ao processo histórico do precário acesso à educação dos pais que passaram para os filhos. Porém, segundo a autora, o problema de analfabetismo não reflete a realidade dos jovens que são beneficiados com os avanços nas políticas de educação no campo e a disponibilidade de transporte escolar. Resultado semelhante também foi apresentado no estudo de Modenese e Sant'Ana (2019) para assentados da reforma agrária participantes do PAA, que mostra o ensino fundamental como predominante na formação educacional, cerca de 76% dos assentados estudaram até este nível de ensino, 14% completou o ensino médio e 4% o ensino superior.

Conhecer o nível de instrução é um fator importante na assimilação das informações pelos agricultores quanto ao conhecimento produtivo e comercial. Esta informação também permite o desenvolvimento de atividades técnicas mais adequadas quanto à comunicação e dinâmica de trabalho com o seu público-alvo.

Sobre o tempo que os agricultores trabalham no setor rural, os resultados apresentam que há agricultores recentes na atividade agrícola, cerca de 2 anos, ao passo que há agricultores com elevado tempo na atividade com o tempo maior é de 51 anos. Foi comum os entrevistados responderem que trabalham a vida toda no setor rural, pois já nasceram ou foram criados desde a infância neste setor. Este dado está relacionado à experiência produtiva que o assentado tem ao longo destes anos.

Com relação às condições estruturais da propriedade, a Tabela 8 apresenta os serviços básicos de serviço e de serviço disponível na propriedade.

Tabela 8 – Estruturação das propriedades, acesso das propriedades aos serviços básicos públicos e dos meios de comunicação dos domicílios do Assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021)

Variáveis selecionadas	Total	Em %
Serviços básicos públicos		
Água potável	16	34,04
Tratamento de esgoto	4	8,51
Coleta seletiva de lixo	3	6,38
Energia elétrica	47	100,00
Estruturação da propriedade		
Habitação		
Casa de Alvenaria	19	40,43
Casa de madeira	23	48,94
Casa mista (alvenaria e madeira)	3	6,38
Outro tipo de material	2	4,26
Estruturação da propriedade		
Estufa agrícola	1	2,13
Sombrite	17	36,17
Resfriador de leite	9	19,15
Estrutura da bovinocultura	25	53,19
Silo ou área de secagem de grãos	1	2,13
Estrutura do galinheiro	13	27,66
<i>Packing house</i>	2	4,26
Outra estrutura	5	10,64
Meios de comunicação		
Celular/Smartphone	46	97,87
Telefone fixo	1	2,13
Televisão	45	95,74
DVD/Vídeo Cassete	16	34,04
Rádio/Aparelho de som	33	70,21
Computador/Notebook	15	31,91
<i>Internet</i>	28	59,57
Jornais	2	4,26
Revistas	1	2,13
Outros acessos a outros meios de comunicação	0	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

Sobre o acesso aos serviços básicos, a Tabela 8 mostra que o acesso à água potável é baixo, cerca de 34% dos assentados responderam que tem acesso. Vale apontar que grande parte dos entrevistados mencionaram que a água consumida provém de mina d'água ou poço artesiano que por vezes, são divididos para outros domicílios. Portanto, há de alguma forma, uma fonte hídrica para o

consumo familiar. Contudo, para a produção familiar, segundo os relatos dos entrevistados, o recurso hídrico é escasso. As Figuras 3 e 4 mostram que os lotes foram configurados para terem à sua disposição, ao menos uma vertente hídrica. O tratamento de esgoto também foi baixo, sendo 8% dos assentados e a coleta seletiva de lixo, 6%. Enquanto o tratamento de esgoto é tratado de forma caseira, através de fossa séptica ou fossa negra, os assentados relatam que não têm um sistema de coleta seletiva regular nos assentamentos, queimando os resíduos ou levando até um ponto mais próximo de coleta. Estes resultados confirmam aos apresentados por Alves e Sachs (2020) que relata a falta de cobertura do abastecimento de saneamento básico pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) no local. Os assentados acessam a água para a sua produção e para seu uso doméstico através da gravidade ou por bombas elétricas de minas d'água ou poços artesanais disponíveis em seus lotes ou nos lotes vizinhos. Do mesmo modo, as autoras mencionam que a cobertura de coleta seletiva de lixo no assentamento é baixa.

Dentre os problemas estruturais mais destacados pelos entrevistados, estão as condições precárias das estradas que em sua totalidade são de terra. Este é uma parte importante no processo de desenvolvimento do assentamento, uma vez que a mobilidade da população e o transporte da produção ficam prejudicados quando há excesso de chuva no local. Por outro lado, o serviço de energia elétrica tem total cobertura na área. Dentre os entrevistados, todos responderam terem acesso à energia elétrica.

Acerca deste tema, Monte e Pereira (2009) apontam que a implantação completa da infraestrutura, compreendendo a cobertura de energia elétrica, o fornecimento de saneamento básico e o acesso às estradas vicinais, compreende uma das etapas importantes de um PA. Esta é uma das variáveis determinantes na geração de renda das famílias assentadas no contexto brasileiro. Do mesmo modo, ao analisar os fatores de sucesso e insucesso na consolidação dos assentamentos do estado de São Paulo, Ferreira et al. (2013) aponta que a insuficiência hídrica para a produção e para o consumo das famílias assentadas compreende um dos fatores de insucessos. Este problema, segundo os autores, foi verificado em grande parte dos assentamentos no estado de São Paulo os quais apresentaram problemas no desenvolvimento produtivo e social.

Sobre a estrutura da propriedade, conforme demonstrado na Tabela 8, foram detectadas a predominância de casa de madeira (49%) e casa de alvenaria (48%). Resultado semelhante ao observado em Alves e Sachs (2020). Isto mostra que o fomento do crédito de instalação ou de habitação não foram em sua totalidade implantado no assentamento. Para Ferreira et al (2013), a consolidação do crédito de instalação, sobretudo o de habitação, contribui para a permanência da família assentada na terra e para a sua formação patrimonial. Deste modo, a política habitacional precisa ser uma das primeiras linhas de crédito após a entrada da família no lote.

Com relação à estruturação que a propriedade apresenta, o que o assentado tem à sua disposição, a estrutura da bovinocultura e galinheiro são relevantes 53% e 27% respectivamente. Na parte agrícola, o sombrite, insumo essencial para a produção de hortaliças e mudas é um dos materiais mais encontrados nas unidades produtivas, cerca de 36%. Nota-se que as estruturas que requerem maiores investimentos e que podem gerar valores agregados nos produtos, que são os casos das estufas e *packing house* (agricultura), não foram representativos. Por outro lado, nota-se a presença de resfriadores de leite no local, o que contribui para os avanços na atividade produtiva leiteira no local.

Sobre os serviços de comunicação que o domicílio tem acesso, a Tabela 8 mostra que a televisão e o aparelho de celular ou *smartphone* são os meios mais comuns entre os assentados, cerca de 95% e 97% respectivamente. Destacam-se também os aparelhos de som ou rádio e o acesso à internet. Como verificado no Censo Agropecuário de 2017 com o recorte para a agricultura familiar no estado do Paraná, onde a televisão (65%), o rádio (48%) e a internet (19%) são os principais meios de comunicação (IBGE, 2019). Alves e Sachs (2020) observaram que a televisão, rádio, *internet* e as redes sociais são os principais meios de comunicação da comunidade local. Espera-se que estes serviços de comunicação contribuam na organização social e produtiva. A primeira com boletins ou programas informativos da área agrícola e o segundo na mobilização coletiva e no contato com outros agricultores para obter informações a respeito das atividades produtivas.

A disponibilidade de máquinas e implementos agrícolas é um fator importante no desenvolvimento produtivo. A Tabela 9 apresenta a disponibilidade de máquinas agrícolas e meios de transporte nas propriedades do Assentamento Eli Vive.

Tabela 9 – Máquinas e veículos disponíveis nos empreendimentos familiares do Assentamento Eli Vive (Londrina-PR) em valores totais e em porcentagem (2021).

Variáveis selecionadas	Próprio		Contratado		Cedido	
	Total	Em %	Total	Em %	Total	Em %
Trator e implementos						
Trator	9	19,15	20	42,55	4	8,51
Arados e escarificador	6	12,77	14	29,79	0	0,00
Colheitadeiras	0	0,00	13	27,66	1	2,13
Adubadeira ou distribuidor de calcário	0	0,00	7	14,89	2	4,26
Pulverizadores e/ou atomizadores	5	10,64	9	19,15	0	0,00
Semeadeiras ou plantadeiras	6	12,77	11	23,40	0	0,00
Ceifadeiras	0	0,00	5	10,64	0	0,00
Motocultivador (tratorito)	5	10,64	0	0,00	0	0,00
Veículos						
Caminhões	1	2,13	7	14,89	0	0,00
Automóveis	29	61,70	1	2,13	0	0,00
Reboques	2	4,26	0	0,00	0	0,00
Motocicleta	18	50,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

Dentre os domicílios entrevistados, 70% dos domicílios utilizam o trator, 43% o arado, 30% a semeadeira e 36% a colheitadeira. Dentre os meios de transporte, destacam a utilização do automóvel, 66% do domicílio e motocicletas, 57%. Há também a utilização de caminhões para o escoamento do produto ou transporte de insumo, 17%. Estes resultados são superiores aos apresentados no Censo Agropecuário 2017 recorte para o estado do Paraná onde mostram que 31% dos estabelecimentos familiares dispõem de trator em suas unidades produtivas, 13% dos estabelecimentos utilizam semeadeiras. 7% adubadeira e 4% colheitadeira (IBGE, 2019). Sobre as condições de posse, a contratação de máquinas é predominante. As máquinas contratadas provêm de propriedades vizinhas ou da cooperativa local. Estes resultados sugerem que os assentados têm acesso às máquinas e implementos necessários para desenvolverem sua produção.

4.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO ASSENTAMENTO

O assentamento encontra-se integrado quanto às questões técnicas, produtivas, sociais e comerciais por empreendimentos coletivos. A Tabela 10

apresenta as formas de organização coletiva que o agricultor participa ativamente. Esta é uma questão de livre resposta, o que concede ao entrevistado responder se ele é cooperado ou associado ou ambos e quais cooperativas e associações ele participa, bem como se ele tem relações com algum movimento social.

Tabela 10 – Forma de organização dos agricultores do Assentamento Eli Vive localizado em Londrina-PR (2021)

Organização	Total	Em %
Cooperativa	36	76,60
COPACON	28	59,57
COPRAN	23	48,94
Outros	1	2,13
Associação de produtores	8	17,02
AMCEV	8	17,02
Movimentos Sociais	36	76,60
MST	36	76,60
Não é associado à cooperativa ou entidade de classe	4	8,51

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

A Tabela 10 mostra que as principais formas de organização do assentado é a cooperativa e pelo movimento social, ambos com 76% do total dos respondentes. Este resultado é superior aos apresentados no Censo Agropecuário 2017 com o recorte região sul e estado do Paraná, que apresentaram, respectivamente, 37% e 33% (IBGE, 2019).

No caso de participação em associação de produtores, cerca de 17% responderam que participam de uma associação. Este resultado também se difere do apresentado no Censo Agropecuário de 2017 com os recortes para a região sul e estado do Paraná, que apresentaram resultados superiores quanto a esta forma de organização, 53% e 41% respectivamente (IBGE, 2019). Quanto à forma de participar de um movimento de produtores, 76% dos assentados participam do movimento social local. Este índice de participação mostra que os agricultores estão altamente integrados com o MST por meio das ações de mobilização, reuniões que recebem orientações quanto às questões produtivas, políticas e sociais. Quanto aos resultados daqueles que não são associados, cooperados ou participam do movimento social, 4 assentados, cerca de 8% do total, responderam que não participam de nenhuma forma coletiva. Este resultado mostrou-se inferior aos

apresentados no Censo Agropecuário 2017 com os recortes para a região sul e estado do Paraná, que apresentaram 47% e 59% (IBGE, 2019).

O estudo de Monte e Pereira (2009) analisa os impactos de algumas características de um PA sobre a renda familiar. Tanto no contexto nacional quanto para a região sul, a participação ativa em cooperativas é uma variável representativa, ou seja, quando há maior participação da família em cooperativas, a renda tende a ser maior. Para Castro (2015), a cooperativa é um fenômeno regional e expressa no estado do Paraná um papel importante quanto à organização produtiva e na assistência técnica de seus cooperados.

O incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e às atividades gerais do MST reflete a organização política e econômica consolidada no local. Há a Associação das Camponesas do Assentamento Eli Vive (AMCEV) que estão associadas um grupo de agricultoras que comercializam sua produção através da encomenda de cestas de hortifrutí, a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON) que está constituída no centro social uma planta agroindustrial de beneficiamento do milho produzido pelos seus cooperados. O assentamento também possui assentados cooperados à Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN) do Assentamento Dorcelina Folador de Arapongas-PR que desenvolve no local atividades quanto à produção leiteira (DA ROSA et al. 2019).

Quanto à integração dos assentados ao MST, observa-se que os assentados participam das orientações organizacionais, produtivas, política e sociais do movimento. Segundo Alves e Sachs (2020), o Assentamento Eli Vive está associado ao MST desde a sua constituição. O assentamento está organizado por cinco núcleos de base, dez brigadas com média de 50 famílias e em setores, como da educação, da saúde, cultura e de produção.

4.4 PRODUÇÃO E COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR

A pesquisa detectou 31 tipos de culturas produtivas com destaque ao setor agrícola com culturas temporárias como milho, feijão e hortaliças em geral, a pecuária com a bovinocultura de leite e a avicultura de poedeiras. A Tabela 11 apresenta os 15 principais produtos agrícolas, o total de estabelecimentos que produzem e sua representatividade em percentual.

Tabela 11 – Os 15 Principais itens agrícolas produzidos pelos estabelecimentos familiares no assentamento Eli Vive localizado em Londrina-PR e sua representatividade expressa em porcentagem (2021)

Produtos agrícolas	Estabelecimentos	Representatividade (em %)
Milho	28	59,57
Feijão	24	51,06
Hortaliças	22	46,81
Mandioca	16	34,04
Leite	15	31,91
Batata doce	11	23,40
Frango	8	17,02
Vassoura	8	17,02
Cará	6	12,77
Milho verde	5	10,64
Ovos	4	8,51
Gado	4	8,51
Suínos	3	6,38
Banana	3	6,38
Frutas	2	4,26
Café	2	4,26

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

Nesta questão, o entrevistado pôde mencionar os cinco principais itens produzidos em sua unidade, tanto para o comércio quanto para consumo. De acordo com a Tabela 11, o milho é um dos principais itens produtivos de 28 estabelecimentos, que representa cerca de 59% do total dos estabelecimentos pesquisados. Destacam-se também as produções de feijão, com 24 estabelecimentos, hortaliças em geral em 22 estabelecimentos e mandioca em 16 estabelecimentos. Estas culturas fazem parte do escopo de itens da agricultura familiar presente no consumo diário do brasileiro e fazem parte de canais importantes de comercialização, como a compra institucional. Outro fator importante está na produção animal, sobretudo a produção leiteira que se encontra em 15 estabelecimentos familiares.

Contudo, muitos domicílios citam que as produções de hortaliças em geral, frango e ovos são para consumo próprio. O baixo estímulo destes produtos para o comércio pode ser visto pela falta de estruturas de higienização e processamento, como a falta de *packing house*. O baixo estímulo à produção da avicultura para o comércio pode ser visto na baixa produção de frangos e as

dificuldades estruturais dos domicílios em estruturarem espaços que sigam as normas sanitárias de manipulação de produtos como ovos.

Nota-se também a falta de frutíferas nos principais itens de produção do assentado, embora seja notória a presença destas culturas como a banana e o abacate, as frutíferas não apresentam relevância produtiva para os assentados. Por outro lado, encontra-se na localidade a produção de sericicultura para o comércio do casulo do bicho da seda para fios de seda. Embora incipiente esta cultura demanda técnica e cuidado e atrai rendimentos a curto e médio prazo, sendo uma alternativa interessante para o agricultor.

Como observa Alves e Sachs (2020), a diversificação produtiva no local tem o seu enfoque no autoconsumo e na venda do excedente produtivo. Segundo as autoras há 20 culturas dentre as quais se destacam o café, o milho, a abóbora, a pimenta, o maracujá, o abacate, a manga e a batata doce.

As principais culturas observadas no local corroboram com a afirmação de que a agricultura familiar, devido às suas características, promove a diversificação produtiva, como os observados em IBGE (2019) com o recorte da agricultura familiar apresentado na Tabela 3 e os estudos de Simonato et al. (2014) o qual destaca o leite como o principal produto do Assentamento Estrela da Ilha, de Da Rosa e Guimarães (2011) que observaram entre os três grupos analisados, grãos, leite e horticultura, a produção e comercialização de produtos como feijão, bovinos, milho, arroz, mandioca, queijo e leite, de Santos e Mitja (2011) que debate a diversidade produtiva do Assentamento Palmares II a qual é focada na produção de mandioca, feijão, milho, arroz, leite, hortaliças e de culturas permanentes e de Modenese e Sant'Ana (2019) que mostram o aumento da diversificação produtiva dos assentados após a inserção destes no PAA de um assentamento em Mirandópolis-SP.

Com relação à renda e quanto dessa tem origem na produção total, 41 agricultores informaram o valor que vem da produção do lote. Destes, o valor máximo divulgado em uma unidade produtiva é de R\$ 23.000,00 que representa 100% da renda total, ou seja, a renda domiciliar é toda obtida na sua unidade produtiva. Por outro lado, há domicílios que não obtém renda de sua produção. Estas unidades produtivas, por vezes, têm suas produções voltadas para o auto consumo e sua fonte de renda vem do trabalho externo, benefícios ou aposentadoria.

Para saber qual é o impacto que a produção agrícola familiar tem na renda total familiar, a Tabela 12 apresenta as receitas de produção com relação à renda total dos estabelecimentos familiares.

Tabela 12 – Representação das receitas da produção com relação à renda total mensal dos estabelecimentos familiares do assentamento Eli Vive localizado em Londrina-PR (2021)

Produção agrícola com relação à renda total (em %)	Estabelecimentos	Frequência relativa (%)
De 0 a 25	4	9,76
25,01 a 50	10	24,39
50,01 a 75	14	34,15
75,01 a 100	13	31,71

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

A Tabela 12 mostra que em 4 estabelecimentos, cerca de 10% do total, a produção agrícola no lote representa de 0% a 25% da renda total familiar, ou seja, a produção representa uma parcela pequena na formação da renda familiar mensal. Por outro lado, 14 estabelecimentos, cerca de 34% do total, tem a produção agropecuária como um fator importante na formação da renda familiar, contemplando entre 50 a 75%. Para 13 empreendimentos, a renda obtida na unidade produtiva corresponde entre 75 a 100% da renda total dos domicílios. Geralmente são perfis de domicílios onde as famílias trabalham quase integralmente no seu lote.

Somando os resultados daqueles que tem a produção agrícola dentro de seus lotes como a principal fonte de renda (acima de 50%), esses resultam em 66%. Este resultado é semelhante ao observado em Simonato et al. (2004) onde observou-se que 68% dos estabelecimentos agrícolas, a renda familiar é essencialmente agrícola, ou seja, a produção agrícola desenvolvida dentro do lote é a maior parte da renda familiar.

O rendimento domiciliar apresentou grande variação. Dentre os 44 domicílios que divulgaram a renda mensal aproximada, o valor máximo foi de R\$23.000,00 e o valor mínimo de R\$ 600. O valor mais divulgado é de R\$ 1.000,00 com 3 estabelecimentos. A renda média foi de R\$ 3.795,77 e o desvio médio foi de R\$ 2.976,92. Esta discrepância entre a renda máxima e mínima observadas em assentamentos também foram observadas em Da Rosa (2009) e em Alves et al.

(2009). A Tabela 13 apresenta a renda total dos estabelecimentos familiares estratificada por níveis de salário e sua representatividade.

Tabela 13 – Estratificação da renda mensal por níveis salariais dos assentados do Eli Vive localizado em Londrina-PR e sua frequência relativa (2021).

Valores (em R\$)	Estabelecimentos	Frequência relativa (%)
Menos de 1 salário	8	18,18%
De 1100 a 2199,99	16	36,36%
De 2200 a 3299,99	8	18,18%
De 3300 a 4399,99	5	11,36%
De 4400 a 5499,99	2	4,55%
Acima de 5500,00	5	11,36%

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

De acordo com a Tabela 13, dentre os seis níveis de renda total, os estabelecimentos que recebem de 1 a 2 salários mínimos mensais se destacam, sendo 36% do total dos empreendimentos. Destaca-se também aqueles que têm rendas superiores a cinco salários mínimos, totalizando 5 estabelecimentos e aqueles onde a renda total não supera 1 salário mínimo que são 8 estabelecimentos. Estes resultados são semelhantes ao estudo de Simonato et al. (2014) que se observou que a renda familiar média se concentrou na classe entre dois salários mínimos mensais, cerca de 51%. Em seguida, as propriedades que recebiam entre três a cinco salários mínimos somavam 20% do total dos estabelecimentos familiares pesquisados.

4.5 ACESSO AO CRÉDITO RURAL E À EXTENSÃO RURAL

O contato com a assistência técnica *in loco*, as suas orientações produtivas e a participação de eventos técnicos são preponderantes para o desenvolvimento produtivo (CASTRO, 2015). Para Guimarães e Porro (2016) a sua ausência interfere diretamente no sucesso dos sistemas agrícolas. A Tabela 14 apresenta os resultados acerca desse quesito.

Tabela 14 – Estabelecimentos familiares no Eli Vive localizado em Londrina-PR que recebem orientação técnica (2021)

Variáveis selecionadas	Estabelecimentos	Valor em porcentagem (%)
Orientação técnica		
Recebem	36	76,60
Não Recebem	11	23,40
Origem da assistência técnica		
Empresa pública de ATER	35	74,47
Instituições de ensino	9	19,02
Cooperativas	8	17,02
Instituição de pesquisa	2	4,26

Fonte: Elaborado pelo autor segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor.

A Tabela 14 mostra que 36 assentados, cerca de 77% responderam que são assistidos por alguma organização que presta o serviço de ATER. Este resultado é superior aos apresentados no Censo Agropecuário 2017 com o recorte da agricultura familiar no estado do Paraná, que mostra números inferiores, cerca de 46% dos estabelecimentos receberam assessoria técnica e 54% não receberam (IBGE, 2019), com os estudos de Cruz et al. (2021) que mostra que 40% dos estabelecimentos familiares da região sul do Brasil receberam assistência técnica e de Guimarães e Porro (2016) o qual apresenta que 48% dos assentados da reforma agrária no nordeste paraense receberam serviços de ATER.

Segundo Castro (2015), o acesso ao serviço varia de acordo com a região geográfica. Na região sul do Brasil, o autor destaca que este serviço está mais acessível para os agricultores familiares do que em outras regiões, isso devido ao alcance das entidades públicas de ATER e as atuações de empresas agropecuárias e de cooperativas agrícolas que têm em seu corpo técnico pessoas formadas em ciências agrárias.

Quanto à origem de assistência técnica, foi um espaço de livre resposta onde os agricultores poderiam apontar quais as instituições que prestam este tipo de serviço para a família. Dentre os resultados obtidos, cerca de 75% recebem assessoria através de empresas de ATER, 17% recebem através de cooperativas, 19% recebem algum tipo de assessoria técnica de instituição de ensino e 4% de instituição de pesquisa.

O resultado obtido quanto a assistência técnica pela empresa pública é superior ao observado no Censo Agropecuário 2017 com o recorte para a

agricultura familiar no estado do Paraná, que apresentou que 11% dos estabelecimentos familiares recebem assessoria por meio destas instituições públicas, mas mostrou-se semelhante quando são analisados os resultados de assistência técnica via cooperativa, onde o Censo 2017, com o mesmo recorte, apresentou que 19% dos estabelecimentos familiares recebem assistência por meio de cooperativas (IBGE, 2019).

Com relação ao contexto regional, o estudo de Cruz et al. (2021) demonstra que dentre as regiões brasileira, os estabelecimentos familiares da região sul apresentam maior acesso ao serviço de ATER de instituições privadas (61,43%) que o serviço público (38,57%).

Dentre as instituições que prestam o serviço de ATER estão as cooperativas locais, COPACON e COPRAN, o IDR-Paraná, empresa pública de pesquisa e extensão rural e a Universidade Estadual de Londrina (UEL) que desenvolve projetos de extensão universitária. Atualmente, há no local o estímulo à produção agroecológica e orgânica por meio de um programa de extensão universitária. Houve projetos relacionados ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e de apoio às práticas de produção agroecológica, empoderamento social e comercialização para o grupo de camponesas (ASSIS, 2019; CAMPANHA; GODOY, 2017).

Com relação à periodicidade das visitas de ATER, a Tabela 15 apresenta a periodicidade nos estabelecimentos familiares do Eli Vive.

Tabela 15 – Periodicidade das visitas de ATER aos entrevistados do assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021)

Variáveis	Total	Valor em porcentagem (%)
Sim	30	63,83%
São regulares	7	14,89%
São pontuais	23	48,94%
Já teve	8	17,02%
Não tem	9	19,15%

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

De acordo com a Tabela 15, pode-se observar que 30 assentados disseram que receberam visitas (64%) enquanto 9 assentados responderam que não tem visitas de assistência técnica (19%). Dentre os que receberam, cerca de 49% disseram que são visitas pontuais, ou seja, não tem uma regularidade estabelecida

daqueles que prestam este tipo de assessoria técnica. Quando perguntado se o agricultor participa de reuniões promovidas por agentes de ATER, há a predominância da participação destes espaços. Cerca de 70% dos agricultores participam de reuniões, ao passo que 30% disseram não participar. A Tabela 16 apresenta em valores totais e em porcentagem da última formação técnica que o assentado participou.

Tabela 16 – Última formação na área produtiva dos entrevistados do Eli Vive (2021)

Período em anos	Total	Valor em porcentagem (%)
Nunca participou	3	6,38
Menos de 1	10	21,28
1	13	27,66
2	6	12,77
3	6	12,77
4	1	2,13
5	2	4,26
Mais de 5	6	12,77

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

De acordo com a Tabela 16, os agricultores participaram recentemente de formações produtivas, os resultados apresentam grande participação dos agricultores em eventos ou reuniões. Cerca de 21% afirmam que participaram das atividades há menos de 1 ano e 27% dos assentados participaram de eventos ou reuniões técnicas há 1 ano.

Por outro lado, há famílias que há tempos não participam de eventos técnicos. Aqueles que responderam de 3 anos a mais, são cerca de 12% dos pesquisados. Devido aos avanços técnicos do setor rural e a dinâmica do mercado, sobretudo o institucional, este tempo de não participação do agricultor nesses eventos, pode ser crucial para o seu desenvolvimento produtivo. Portanto, a alta participação dos agricultores nestes espaços sugere que há demanda para eventos técnicos e de formação produtiva no local. Contudo, é necessário maiores atividades de sensibilização destes agricultores para reuniões e eventos técnicos.

Com relação ao acesso ao crédito, a Tabela 17 detalha as principais linhas acessada pelos estabelecimentos familiares do Assentamento Eli Vive.

Tabela 17 – Total dos estabelecimentos familiares do assentamento Eli Vive localizado em Londrina-PR que acessaram o crédito rural e as suas modalidades (2021)

Modalidades de crédito	Estabelecimentos
Pronaf	2
Fomento Mulher	16
Fomento inicial	1
Financiamento particular	3
Total de estabelecimentos	22

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

Observa-se na Tabela 17 que 22 estabelecimentos familiares, que representam 47% da pesquisa, citaram que acessaram o crédito rural. Este resultado é superior quando comparado ao estudo de Cruz et al. (2021), o qual apresentou que 27,8% dos agricultores familiares da região sul do Brasil acessou alguma modalidade de crédito rural. Nos estudos de Monte e Pereira (2009) tem-se que as variáveis crédito rural de aquisição de material de construção e a de acesso ao Pronaf/Proceara, para a região sul, contribuíram na formação da renda familiar.

Dentre a principal modalidade de crédito rural acessado pelos domicílios foi o Fomento Mulher com 14 domicílios a mais recorrente. O Pronaf foi o segundo mais acessado com 2 estabelecimentos rurais e há uma propriedade que adquiriu o crédito por financiamento particular. Este resultado evidencia que as linhas de fomento da modalidade instalação, que compreende o apoio inicial, não chegou em sua totalidade para os assentados.

A pesquisa mostra que o crédito contraído foi utilizando em sua maioria na produção agropecuária do lote. Dentre os projetos estão os de produção animal que englobam investimento na compra de gado, melhoria da pastagem e cerca, estruturação do galinheiro, a construção da estrutura da sericicultura e projetos agrícolas focados na compra de maquinário e implementos agrícolas e em projetos de irrigação, todos esses com objetivo de melhorar as condições hídricas para as unidades produtivas e consumo das famílias.

Contudo, nota-se que o crédito rural de grande valor econômico e focado na estruturação produtiva, o Pronaf, é pouco acessado no assentamento Eli Vive. A Tabela 18 apresenta o total dos estabelecimentos familiares e seus principais motivos para não acessarem o crédito rural.

Tabela 18 – Total dos estabelecimentos familiares locais que não obtiveram crédito rural e as suas justificativas no assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021)

Motivos	Estabelecimentos
Burocracia	3
Falta de pagamento do empréstimo anterior	1
Medo de contrair dívidas	2
Não sabe como conseguir	2
Não precisou	4
Falta de documentos	10
Outros motivos	3
Total de estabelecimentos	25

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural

A Tabela 18 mostra que 25 domicílios não conseguiram acessar o crédito rural. Isto representa 53% da pesquisa. Dentre aqueles que não acessaram o crédito, 10 citaram a falta de documentação como motivo do não acesso. Registra-se que atrasos e a regularização da DAP e do CadPro foram os mais citados nominalmente pelos entrevistados. Este resultado mostra a demanda para o crédito rural na localidade e esta, por sua vez, contribui no processo de melhoria da produção quando implantado.

Para Ferreira et al. (2013), o serviço de assistência técnica em extensão rural e os créditos rurais de instalação, contribuem na aceleração do processo de desenvolvimento dos PDAs. Para os autores, o crédito rural e o serviço de ATER são apontados como determinantes no sucesso dos assentamentos paulista. Os estudos de Reis, Moreira e Vilpoux (2018) mostram que as variáveis assistência técnica, crédito rural, diversificação produtiva para agricultores com nível de escolaridade acima de 4 anos, foram os principais fatores que afetam a eficiência técnica produtiva.

4.6 CUSTOS DE PRODUÇÃO E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Dentre os 42 entrevistados que informaram custos produtivos, a pesquisa detectou custos produtivos que variam entre R\$ 10.000,00 que representa 50% da renda total da propriedade e custos baixos, cerca de R\$ 300,00 que impactam entre 10% a 25% na renda total familiar.

A Tabela 19 apresenta 4 classes do quanto os custos de produção impactam na renda total das propriedades familiares.

Tabela 19 – Representação dos custos com relação à renda total dos estabelecimentos familiares no assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021).

Amplitude (em %)	Estabelecimentos	Frequência relativa (%)
De 0 a 25	2	4,76
25,01 a 50	35	83,33
50,01 a 75	5	11,90
75,01 a 100	0	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural.

A Tabela 19 mostra que os custos de produção em 35 estabelecimentos familiares, que representa 83% do total da pesquisa, tem forte impacto na renda familiar total, entre 25% a 50% da renda total declarada pelo(a) agricultor(a). Quando perguntado sobre os 5 principais custos produtivos, foram citados 20 tipos de insumos. A Tabela 20 apresenta os 10 principais custos agrícolas que impactam na produção dos estabelecimentos familiares.

Tabela 20 – Os 10 principais insumos e serviços agrícolas adquiridos pelos estabelecimentos familiares do assentamento Eli Vive – Londrina-PR (2021)

Insumos agrícolas	Estabelecimentos	Valor em porcentagem do custo para o agricultor
Sementes	28	66,67
Aubos	24	57,14
Defensivos agrícolas	15	35,71
Mudas	13	30,95
Medicamentos veterinários e vacinas	12	28,57
Diárias de máquinas	7	16,67
Ração	5	11,90
Caldas	4	9,52
Cerca	4	9,52
Diárias de mão de obra	3	7,14

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações do Produtor Rural

Esta questão permitiu levantar os 5 principais custos produtivos de cada unidade produtiva segundo o agricultor entrevistado. Dentre os custos mais

citados pelos domicílios, estão os custos com semente apontado por 66% dos domicílios, adubos, citado por 57% dos domicílios, defensivos agrícolas (inseticidas e outros produtos químicos citados) e mudas (não especificado quando mudas de hortaliças, frutífera, arbórea ou outras de plantio permanente) por 13 estabelecimentos que correspondem 31% do total da amostra, medicamentos veterinários, vacinas e exames em sua predominância na aplicação da bovinocultura não especificando, foram citados por 28% dos entrevistados.

Concernente ao acesso a mercados, a Tabela 21 mostra os canais de comercialização acessados pelos empreendimentos rurais, sua representatividade no total da pesquisa e o canal de comercialização único para os estabelecimentos familiares.

Tabela 21 – Canais de comercialização dos estabelecimentos familiares do assentamento Eli Vive, sua representatividade e dependência comercial (2021)

Canais	Estabelecimentos	Representatividade para a comercialização do agricultor (%)	Estabelecimentos dependentes de 1 canal
Cooperativa	32	68,09	10
Venda para terceiros	23	48,94	6
Cestas de produtos	6	12,77	0
Feiras	6	12,77	0
Supermercado	4	8,51	1
Sacolão	2	4,26	0
Mercado institucional	1	2,13	0
Encomenda	4	8,51	0
Ponto fixo de venda	1	2,13	0
Associação	1	2,13	1
Outros canais	1	2,13	0

Fonte: Elaborado pelo autor de segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural

De acordo com a Tabela 21, a cooperativa apresenta como o principal canal de comercialização de 68% dos estabelecimentos agrícolas, totalizando 32 empreendimentos. A venda para terceiros é o segundo canal de comercialização mais acessado pelos domicílios, totalizando 23 empreendimentos. As feiras, supermercados e cestas de produtos aparecem como outros meios de comercialização importante para os domicílios. Dentre os estabelecimentos que tem apenas 1 canal de comercialização, a cooperativa e a venda para terceiros

aparecem como os únicos meios de comercialização para 38% dos empreendimentos.

Como mostra a Tabela 21, os assentados não participam diretamente do mercado institucional. Segundo Da Rosa et al. (2019), as cooperativas agroindustriais presentes no assentamento participam dos mercados institucionais e varejistas. Segundo Alves e Sachs (2020), a COPACON, tem como objetivo organizar a produção de seus cooperados para comercializar. A cooperativa estabeleceu no assentamento a agroindústria de beneficiamento do milho. Essa cooperativa entrega os itens da agricultura familiar como frutas, feijão e olerícolas além de comercializar sementes de milho crioulo⁴ para outros agricultores ou entidades públicas. Na COPRAN, estabelecida no PA Dorcelina Folador, por sua vez, o comércio de produtos se dá através na organização da produção leiteira dos assentados (DA ROSA et al. 2019).

O cooperativismo e o associativismo, organizações coletivas que contribuem na organização social, produtiva e/ou comercial, mostram a sua importância no desenvolvimento dos assentados. O estudo Simonato (2014) destaca que a maior parte da produção dos assentados da Estrela da Ilha sé comercializada por associações e cooperativas presentes no assentamento. As outras formas de comercialização são as feiras na cidade e venda para terceiros.

Contudo, há algumas fragilidades relacionadas aos canais de comercialização pelos assentados. A Tabela 22 apresenta os números de canais de comercialização acessados pelos estabelecimentos familiares.

Tabela 22 – Número de canais de comercialização acessados pelos assentados do Eli Vive (2021)

Canais de comercialização	Total de estabelecimentos
0	4
1	18
2	16
3	7
4	1
5 ou mais	0

Fonte: Elaborado pelo autor segundo o Formulário de Informações Socioeconômica do Produtor Rural

⁴ São aquelas que não passaram por modificação genética. São sementes rústicas que são melhoradas e manejadas entre as gerações de agricultores ou por comunidades tradicionais (TRINDADE, 2016).

Como apresentado na Tabela 22, tem-se 18 estabelecimentos familiares com apenas 1 canal de comercialização ao passo que 16 empreendimentos rurais utilizam 2 canais de comercialização. Este resultado mostra que os assentados são altamente dependentes de um ou dois compradores, sendo os maiores as cooperativas e a venda para terceiros, como são observados nas Tabelas 21 e Tabela 22.

Segundo relatos dos assentados, a venda para terceiros configura na compra dos produtos dos lotes por um agente ou a entrega para um entreposto que irão revender seus produtos. Desta forma, a venda para terceiros configura-se como agentes atravessadores ou intermediários. Santos e Midja (2012) e Modenese e Sant'Ana (2019), em seus trabalhos, referem-se ao agente atravessador ou intermediário como aqueles canais de comercialização que remuneram mal o agricultor. Medidas de estímulos de busca por outros canais de comercialização são necessários para o desenvolvimento produtivo do empreendimento local e para evitar possíveis problemas de escoamento da produção.

Como experiência de diversificação comercial, o estudo Modenese e Sant'Ana (2019) mostra que a participação ativa dos assentados no PAA contribuiu para uma maior independência e aumento dos canais de comercialização. Dentre as vantagens apontadas pelos autores, todos os assentados comercializavam ao menos parte de sua produção, mantiveram seus canais já consolidados como as entregas na cooperativa e na central de abastecimento do estado de São Paulo (Ceagesp) e diminuiu a venda para intermediários e atravessadores. A pesquisa de Santos e Midja (2012) aponta que o fator determinante no desenvolvimento da comercialização está no acesso aos mercados. Para os autores, a distância entre a agrovila e o município, o acesso inteiramente feito por estradas asfaltadas e o suporte logístico da prefeitura local, possibilitam a comercialização dos agricultores familiares nas feiras de produtores.

5. CONCLUSÃO

Esta dissertação foi elaborada com o principal objetivo de analisar o perfil produtivo e socioeconômico dos Assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II, localizados em Londrina-PR. Para qualificar este debate, o trabalho verificou as condições de serviços públicos tais como a assistência técnica, o acesso ao crédito rural, as condições infraestruturais dos estabelecimentos familiares, os principais itens produzidos, os canais de comercialização, as condições sociais tais como a formação educacional e suas formas de organização social, política e econômica e as condições econômica tais como a renda total, a renda da produção e os custos produtivos.

Perante tal desafio, esta dissertação recorreu-se ao método de estudo de caso e seus dados primários foram obtidos através da elaboração e aplicação de um questionário semiestruturado que contém questões sobre informações da característica do agricultor e família, informações da característica da propriedade e informações socioeconômicas.

Acerca dos resultados, pode-se averiguar que os assentamentos apresentam desafios estruturais a serem enfrentados e potencialidades no desenvolvimento produtivo. Seus resultados também refletem a realidade da agricultura familiar brasileiro, tais como a idade avançada dos entrevistados apresentada pela sua frequência e a formação educacional concentrada em sua maioria no ensino fundamental. Deste modo, se faz necessário a integração produtiva, social e econômica dos jovens no campo.

Dentre os desafios a serem enfrentados pelos assentados estão as condições estruturais do assentamento e a dos estabelecimentos familiares. Sobre o primeiro, as condições precárias das estradas, em sua totalidade formada por terra, afetam a mobilidade dos assentados e o escoamento de suas produções. Dentre as condições estruturais dos estabelecimentos familiares foram verificados que o acesso aos serviços básicos de saneamento, sobretudo ao acesso à água potável mostrou-se baixo com relação aos outros serviços públicos, como o acesso à energia elétrica. Embora os assentados tenham mencionados que fazem o tratamento sanitário e o acesso aos recursos hídricos se dá em sua maioria por minas d'água, o acesso à este recurso é de vital importância no processo de desenvolvimento produtivo. Dentre outros fatores a serem analisados como desafios

a serem superados, estão: o acesso crédito rural e aos canais de comercialização. Sobre o acesso ao crédito, constatou-se o acesso à linha fomento mulher, que é um dos créditos de instalação, contudo, as linhas de fomento produtivo, como o PRONAF, não são usualmente acessadas pelos assentados. A justificativa mais citada pelos assentados é a falta de documentação exigida para acessar as linhas de financiamento.

Outro aspecto que impacta de forma negativa na produção é a dependência de um ou dois canais de comercialização. Os assentados têm em sua predominância, a venda para as cooperativas e para terceiros. Neste sentido, é necessário desenvolver ou integrar os agricultores em outros canais de comercialização de circuitos curtos, tais como feiras de produtor, venda para os estabelecimentos varejistas com e comerciais, como bares e restaurantes, uma vez que os mercados institucionais já são acessados pelas cooperativas locais.

Dentre os potenciais produtivos, verificou-se a diversificação produtiva nos assentamentos que é uma característica da agricultura familiar brasileira. A pesquisa encontrou 31 tipos de culturas temporárias, perenes e produção de animais, dentre as quais se destacam o milho, feijão, hortaliças, mandioca, leite, batata doce e frango. Os sistemas produtivos estão conformados nestes produtos devido às necessidades de comercialização pelas cooperativas agroindustriais disponíveis para os assentados. A COPACON, cooperativa que beneficia o milho e participa de chamadas públicas dos mercados institucionais para a entrega de alimentos de primeiras necessidades para a merenda escolar e a COPRAN que beneficia o leite e participa de chamadas públicas dos mercados institucionais.

Verificou-se a forma organizativa dos assentados. Dentre os citados estão a associação ao movimento social local, o MST, o cooperativismo e o associativismo. Esta é uma característica importante no processo de desenvolvimento produtivo. Enquanto o movimento social orienta quanto à sua formação política, social e produtiva, as cooperativas e associações promovem a organização produtiva e comercial dos assentados e tem uma importância quanto à assistência técnica aos cooperados e na compra de suas produções. Portanto, promover políticas de fortalecimento das cooperativas de produção e garantir o pleno funcionamento dos programas do mercado institucional, resulta no desenvolvimento produtivo dos assentados de forma indireta.

Dentre as outras características marcantes, foram verificadas o acesso aos fatores produtivos para o desenvolvimento produtivo tais como máquinas e implementos agrícolas disponível na forma de contratação, o acesso à energia elétrica e as formas de comunicação em sua predominância o telefone celular, a televisão e a participação de eventos técnicos promovidos por algum agente ou entidade de ATER ou de pesquisa.

Contudo, o trabalho não abordou os fatores produtivos ligados às questões agronômicas, tais como as condições de solo e os tipos de manejos produtivos empregados que incidem diretamente no desenvolvimento. Isto oportuniza um aprofundamento em pesquisas futuras acerca das potencialidades e gargalos produtivos no local.

Este trabalho conclui que a localidade apresenta potencialidades, obstáculos e desafios quanto à consolidação produtiva. Quanto à tecnificação, diversificação produtiva, assistência técnica e organização coletiva, porém apresenta gargalos quanto ao acesso às condições estruturais do assentamento e dos estabelecimentos produtivos e referentes ao crédito rural. Espera-se que esta dissertação possa promover debates sobre os fatores técnicos que promovem o desenvolvimento produtivo e social no local e que incentive os agentes econômicos a discutir ações e políticas de integração produtiva e social e de superação dos problemas estruturais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores - paradigmas do capitalismo agrário em questão**, 1990. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990. Disponível em:<
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280654/1/Abramovay_Ricardo_D.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.
- ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista HEERA**, p. 63-85, 2009.
- ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.87- 112, 2000.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2007, 18 p. Disponível em:
<<http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALVES, W. L. L.; SACHS, L. **Inventário da realidade: Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber Escola Municipal do Campo Egídio Domingos Brunetto**. Londrina: UTFPR, 2020.
- ARANGO CRUZ, A. C. **Ejidros e comunidades agrárias em Oaxaca, México: um estudo histórico, legal e da realidade atual**. 78 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2016. Disponível em:< <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8929>>. Acesso em: 01 de jun. 2020.
- ASSIS, L. C. de. **A mística político-social dentre os militantes do MST no Assentamento Eli Vive em Londrina-PR**. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.
- BARCELLOS, S. B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo agrário**. La Plata, v. 16, n. 32, 2015.
- BELLISARIO, A. La reforma agraria chilena. Reformismo, socialismo y neoliberalismo, 1964-1980. **Historia Agraria**, n. 59, p. 159-190, abr. 2013.
- BONIFAZ, C. R. La Reforma Agraria en las tierras bajas de Bolivia. In: VARGAS VERA, J. D. (coord). **Proceso agrario en Bolivia y América Latina**. La Paz: Plural Editores, 2003.
- BRASIL. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 30 nov. 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 08 dez. 2019.

_____. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD. **Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA**. Brasília: MIRAD, 1985. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. DECRETO Nº 1.946 de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 01 jul. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 10 dez 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Brasília: MDA/INCRA, 2003.

_____. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 24 jul. 2006. Seção 1, p. 1

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto de Assentamento Eli Vive I**. Curitiba: INCRA, 2012. 1 mapa. Escala 1:12000.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto de Assentamento Eli Vive II**. Curitiba: INCRA, 2013. 1 mapa. Escala 1:12000.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. Decreto nº 9.424 de 26 de julho de 2018. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 27 jul. 2018 Seção 2, p. 4.

BITTENCOURT, G. A., et al. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1999.

BRIDI, A. M. et al. Desenvolvimento participativo da cadeia produtiva sustentável de leite no Assentamento Rural Eli Vive. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 35., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais [...]** Foz do Iguaçu: UNILA, 2017. Disponível em: < <http://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/3773>>. Acesso em: 21 fev. 2021

CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO FILHO, J. J. Política fundiária: oportunidades perdidas, revolução cultural e lampedusa. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 12, jul/dez., 2016.

CHAVES, C. A. A Marcha Nacional dos Sem-Terra. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 15, p. 137-139, nov. 2000.

CHONCHOL, J. La reforma agraria en América Latina. In: VARGAS VERA, J. D. (cord). **Proceso agrario en Bolivia y América Latina**. La Paz: Plural Editores, 2003.

COELHO, F. Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. **Diálogos**, v. 20 n. 2, p. 179-192, 2016.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988**. Brasília: 2014.

CONCRAB. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA. **O que levar em conta na organização do assentamento: a discussão no campo**. São Paulo: CONCRAB, 2001.

CONSTANTE, D. C. **A construção do discurso ecológico do MST nos cadernos de formação (1984-2000)**. 130 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017

COSME, C. M A questão agrária no Brasil: uma face da barbárie capitalista. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 4, n. 42, p. 306-332, dez, 2020. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7833>>. Acesso em: 28 jan. 2021

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2020. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 28 jan. 2021.

CRUZ, N. B., et al. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 3, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320032021000300200&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 08 fev. 2021.

DA ROSA, L. A. B. **Agricultura familiar em assentamentos rurais: o caso do município de Tamarana-PR**. 2009. 123f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

DA ROSA, L. A. B.; GUIMARAES, M. F. Diagnóstico socioeconômico em assentamentos rurais no município de Tamarana - PR. **Semina. Ciências Agrárias**, Londrina, v. 32, p. 809-828, 2011.

DA ROSA, L. A. B. et al. Extensão Universitária: assessoria a COPACON para implantação da agroindústria do milho. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 3.; SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, 4.;

CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, 3., 2019, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL: 2019. Disponível em: <<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2021

DE JANVRY, A. **The agrarian question and reformism in Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981

DINIZ FILHO, L. L.; ZAFALON, R. O Pronaf como política de apoio aos assentados do programa nacional de reforma agrária. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 7, n. 8, p. 69-79, ago./dez. 2011.

DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul**. 113 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011. Disponível em:< <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8201-fatores-que-influenciam-a-permanencia-dos-jovens-na-agricultura-familiar-no-estado-de-mato-grosso-do-sul.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

ENGELMANN, S. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista eletrônica do CEMOP**, v. 2, p. 01-09, 2012.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Módulos Fiscais**. Brasília: EMBRAPA, 2020. Disponível em:< <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

FERNANDES, B. M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, n. 11, mai./ago. 2003.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. in: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: UERJ. 2007.

FERNANDES, B. M. et. al. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition, 2012

FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ, R. La Reforma Agraria Mexicana: Logros y Problemas Derivados. **El Trimestre Económico**, v. 24, n. 94(2), p. 143-159, 1957.

FERREIRA, B. et al. (coord.) **Avaliação da situação de assentamentos da reforma Agrária no estado de São Paulo: Fatores de sucesso ou insucesso**. Brasília: IPEA, 2013.

FILIPPI, E. E. **Reforma Agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

GALOPPO VON BORRIES, E. Resultados de los cambios introducidos por la Reforma Agraria. In: VARGAS VERA, J. D. (cord). **Proceso agrario en Bolivia y América Latina**. La Paz: Plural Editores, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRISSA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. s125-146, 2014.

GROHMANN, H. M. Las reformas de 1992 a la legislación agraria. El fin de la Reforma Agraria mexicana y la privatización del ejido. **Revista Polis**, v. 1, n. 1, p. 99-130, 1993.

GUIMARÃES, J. B.; PORRO, R. Acesso a crédito e assistência técnica por agricultores familiares no nordeste paraense: uma análise preliminar. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 20.; SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, 4., 2016, Belém, PA. **Anais[...]** Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil: grandes regiões e unidades da federação (de 1970 a 2008)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Agricultura familiar. Resultados definitivos**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2020.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática: SIDRA**. Banco de dados agregados do censo agropecuário 2020. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/T/619>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. Brasília: INCRA, 2019a. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acessado em: 30 set. 2019.

_____. **Instalação das famílias no assentamento**. Brasília: INCRA, 2019b. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/node/14504#overlay-context=user/4>>. Acessado em: 30 set. 2019.

_____. **Titulação**. Brasília: INCRA, 2019c. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/titulacao>>. Acessado em: 01 out. 2019.

_____. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Brasília: INCRA 2019d. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criadosgeral.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019

_____. **Painel dos Assentamentos**: Informações gerais. Brasília, INCRA 2017. Disponível em: < http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=9&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1>. Acesso em: 09 dez. 2019.

LIMA, F. **Programa Cédula da Terra: uma releitura dos principais resultados.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2008.

MASCHIO, J. MST muda tática no Paraná e acampa próximo a três fazendas. **Folha de São Paulo**, 26 fev 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/02/509295-mst-muda-tatica-no-parana-e-acampa-proximo-a-tresfazendas.shtml>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

MATTOS NETO, A. J. M. A questão agrária no Brasil: aspectos sócio-jurídico. **Projeto História**, São Paulo, n. 33 p. 97-118, dez. 2006.

MELLO, L. P.; SULZBACHER, A. W. Os Planos Nacionais de Reforma Agrária no Brasil: a letargia de um desenvolvimento alternativo para o campo. In: XIV Encuentro de geógrafos de América Latina: Reencuentro de Saberes territoriales latino-americanos. **Anais...** Lima: Comisión de Estudios Latinoamericanos, 2013.

MEXICO. Procuraduría Agraria. **Diagnostico del Programa Presupuestario U001: Regularizacion y registros de actos jurídicos agrários.** Mexico: SEDATU/RAN/Procuraduria Agrária, 2018. Disponível em:< <http://pa.gob.mx/pago/bmx/documentos/u001/Diagnostico-U-001.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

MIRANDA, R. S.; CUNHA, L. H. H. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MST: lógica política e lógica prática. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 363-376, mai./ago. 2013.

MODENESE, V. S; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 4, p. 636-655, 2019. Disponível em :< <https://www.scielo.br/pdf/resr/v57n4/0103-2003-resr-57-4-636.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

MOREIRA, R. M. P. et al. E-commerce como alternativa a comercialização de produtos agroecológicos: uma experiência no Assentamento Eli Vive. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 37., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199020>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

MORO, M. D; MOREIRA, E. M. Temer a Bolsonaro: o tiro de morte na reforma agrária. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., São Luís. **Anais[...]**. São Luís, 2019.

MONTE, P. A.; PEREIRA, A. E. S. Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.47 n.4, out/dez. 2009.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa história.** Disponível em:< <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **35 coisas que você precisa saber sobre o MST.** Disponível em:< <https://mst.org.br/2019/01/18/35-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mst/>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **Documento Final do primeiro congresso dos trabalhadores rurais sem terra.** Curitiba: MST, 1985.

_____. Londrina conquista assentamento para 600 famílias. **MST**, 1 set 2010. Disponível em: <<https://mst.org.br/2010/09/01/londrina-conquista-assentamento-para-600-familias/>>. Acesso em: 1 jan. 2021.

NERA. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: relatório Brasil 2016.** Presidente Prudente: – FCT/ UNESP, 2017.

OLIVEIRA, A U. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13. **Anais...** Costa Rica, 2011. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

PEREIRA, J. M. A disputa político-ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1994-2005). **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 611-646, set./dez. 2005.

_____. Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 56, p. 385-404, jul/dez, 2015.

_____; SAUER, S. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 26, n. 3, set./dez. 2011.

PRADO JUNIOR. C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1981

PICOLOTTO, E. L. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 063-084, 2014.

REIS, C. V. S. MOREIRA, T. B. S; VILPOUX, O. F. Fatores que Afetam a Eficiência Técnica de Produção em Assentamentos Rurais: fronteira estocástica e Two-Limit Tobit. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.56 n.3, jul/set, 2018

RAMOS, P. Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo. In: BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília: Embrapa, 2014

RIBEIRO, E. C.; GASTAL, M. L.; MELO, T. V. Caracterização de um sistema de produção em assentamento de reforma agrária no município de Unaí–MG. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25 n.4, p. 7-19, 2018.

ROCHA, J. C. Estudo de caso como método de pesquisa aplicado a diferentes áreas do conhecimento: Educação, direito, Administração, Economia, medicina, Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Antropologia. **Revista Gestão Universitária**, v. 5,

jan/jul 2016. Disponível em:< <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/estudo-de-caso-como-metodo-de-pesquisa-aplicado-a-diferentes-areas-do-conhecimento-educacao-direito-administracao-economia-medicina-servico-social-psicologia-sociologia-e-antropologia>>. Acesso em: 10 dez 2019.

ROOS, D. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da Reforma Agrária Brasileira. **Revista GeoGraphs**, Alicante, v. 4, n. 31, p. 1-18, 2013. Disponível em: < <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/djoni-roos.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2020.

ROMUALDO, P. L. et al. Pesquisa solidária e participativa em assentamento de reforma agrária: as potencialidades e desafios na construção da agroecologia, no manejo do rebanho leiteiro, das pastagens e do solo. In: CARMO, D. L. et al. (org.). **Pesquisa em Agroecologia: conquistas e perspectivas**. Viçosa: Funabe, 2019.

SCHNEIDER, S. et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. et al. (org). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UGRGS Editora, 2004.

SANTOS, A. M; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, 2012.

SANTOS, A. P. R. et al. Aspectos histórico-geográficos do Assentamento Eli Vive, Londrina (PR). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL, 1.; SEMANA ACADÊMICA DE GEOGRAFIA, 34., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. Disponível em :< <https://pdfs.semanticscholar.org/eacf/52204ac2bd530f67d98eeb3f10f93660dee3.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021

SANTOS, R. O. C. O que teve de reforma agrária no governo Lula? **Campo - Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 12, p. 63-78, ago., 2011.

SANT'ANA, A. L.; TARSITANO, M. A. A. Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização. **Revista de economia e sociologia rural**. Brasília, v.47 n.3, jul/set, 2009.

SERRA, E. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 75-89, 27 set. 2010.

SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, I. K. S. **A reforma agrária no Governo Dilma**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão-SE, 2017. Disponível em:< <https://monografias.ufs.br/handle/riufs/6225>>. Acesso em: 7 mai. 2020.

SIMONATO, D. C., et al. Condições socioeconômicas e qualidade de vida de um assentamento rural no noroeste paulista, Ilha Solteira/SP. **Retratos De Assentamentos**, Araraquara-SP, v. 17, n. 2, jul/dez. 2014

SOBREIRO FILHO, J. S. F.; CARDOSO, M. A.; VALERIO, V. J. O. Os Gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 50, p. 91-115, set./dez. 2019.

SOUZA, P. M.; LIMA, J. E. A Distribuição da Terra no Brasil e nas Unidades da Federação, 1970-95/96. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, jan./mar. 2003.

STEDILE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VALADARES, A. A. et. al. A questão agrária e a pobreza rural no Brasil. In: VEIGA, J. E. **Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VALDÉS PAZ, J. A revolução agrária cubana: conquistas e desafios. **Estudos avançados**, v. 25, n. 72, p. 73-87, 2011.

VAN DER PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

VASCONCELOS, J. S. Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964). **Revista NERA**, n. 27, p. 240-258, 2015.

VEIGA, J. E. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VECINA, C. C. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula: uma análise para além do aparente In: XXI Congresso Nacional de Geografia Agrária “Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

TEIXEIRA, D. R. M. **As organizações patronais rurais e a política de reforma agrária na Nova República**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)– Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

TRINDADE, C. C. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 15., 2006, Manaus. **Anais...** Manaus: CONPEDI/UEA, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCST, 10., 1996, Caxambu-MG. **Anais....** Caxambu: ANPOCST, 1996

11	Estruturação da propriedade			
	1.1 <input type="checkbox"/> Casa de Alvenaria	1.2 <input type="checkbox"/> Casa de madeira	1.3 <input type="checkbox"/> Outro tipo de material	
	2. <input type="checkbox"/> Estufa agrícola	3. <input type="checkbox"/> Tela de Sombríte		
	4. <input type="checkbox"/> Tanque de resfriador de leite	5. <input type="checkbox"/> Estrutura da bovinocultura		
	6. <input type="checkbox"/> Silo e área de secagem de grãos	7. <input type="checkbox"/> Estrutura da avicultura: galinheiro		
	8. Outros: _____		7. <input type="checkbox"/> Packing house (instalação de higienização, processamento e armazenamento de hortifruti granjeiro e fruticultura)	
12	Máquinas e veículos utilizados no sistema produtivo	Próprio	Contratado/ Pago a diária	Cedido ou emprestado
	1. <input type="checkbox"/> Trator	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	2. <input type="checkbox"/> Arados (fuçador ou de disco) e escarificador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	3. <input type="checkbox"/> Colheitadeiras (não considere foice, facão)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	4. <input type="checkbox"/> Adubadeiras ou distribuidoras de calcário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	5. <input type="checkbox"/> Pulverizadores e/ou atomizadores (não costal)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	6. <input type="checkbox"/> Semeadeiras ou plantadeiras (não cavadeiras, matracas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	7. <input type="checkbox"/> Ceifadeiras (picadeira de forragens)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	8. <input type="checkbox"/> Trincha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	9. <input type="checkbox"/> Monocultivador (Tratorito)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	10. <input type="checkbox"/> Caminhões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	11. <input type="checkbox"/> Automóvel	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	12. <input type="checkbox"/> Reboques	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	13. <input type="checkbox"/> Motos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	14. <input type="checkbox"/> Outro implemento ou veículo _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	Ferramentas Manuais Próprias			
	1. <input type="checkbox"/> Ferramentas Manuais Básicas (enxada, enxadao, pá, carriola)			
	2. <input type="checkbox"/> Pulverizador Costal	3. <input type="checkbox"/> Matraca	4. <input type="checkbox"/> Cavadeira	
	5. <input type="checkbox"/> Roçadeira	6. <input type="checkbox"/> Outras: _____		
14	É assistido/assessorado por instituição de assistência técnica e extensão rural (ATER) como EMATER, instituição de pesquisa como IAPAR, instituição de ensino como as universidades ou cooperativas?			
	1. <input type="checkbox"/> Sim. Quais? _____			
	2. <input type="checkbox"/> Nunca teve			
15	Tem visitas de PESSOAS da assistência técnica e extensão rural (ATER) como EMATER, instituição de pesquisa como IAPAR, instituição de ensino como as universidades ou cooperativas?			
	1. <input type="checkbox"/> Sim. >>>>>>> Qual a frequência da Visita? 1.1 <input type="checkbox"/> São regulares 1.2 <input type="checkbox"/> São pontuais			
	2. <input type="checkbox"/> Já teve. Há quanto tempo foi a última visita? (em anos) _____*			
	3. <input type="checkbox"/> Nunca teve			
16	Participa ou já participou de reuniões promovidos pelos agentes ou entidades de ATER?			
	1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não			

III – INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS Questões 21 ao 25 especificar a periodicidade do evento.

17	Sobre o domicílio: Quantas pessoas compõem o domicílio? Entre homens, mulheres, crianças e idosos e idosas
	1. Homens _____ 2. Mulheres _____
	3. Quantos destes contribuem na renda domiciliar? _____
	4. Os domiciliares têm acesso à educação? 4.1 <input type="checkbox"/> Sim 4.2 <input type="checkbox"/> Não
	5. Os domiciliares têm acesso à saúde? 5.1 <input type="checkbox"/> Sim 5.2 <input type="checkbox"/> Não
	6. Os domiciliares têm acesso à rede de assistência social? 6.1 <input type="checkbox"/> Sim 6.2 <input type="checkbox"/> Não

18	<p>Desenvolve outra(s) atividade(s) além do trabalho produtivo e comercial no lote familiar?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Não</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Sim ></p> <p>2.1 <input type="checkbox"/> Diarista em outra propriedade fora do assentamento ou diarista no lote do vizinho ou no assentamento</p> <p>2.2 <input type="checkbox"/> Trabalha em outro setor no meio rural (educação, saúde, cooperativa)</p> <p>2.3 <input type="checkbox"/> Trabalha na zona urbana no comércio ou nas redes públicas de educação, saúde.</p> <p>2.2.1 Qual é a renda mensal conseguida nesta atividade R\$ _____ 2.1.2 <input type="checkbox"/> Não divulgou</p>																		
19	<p>19.1 Rendimento domiciliar total aproximado: incluindo todas as rendas da produção, salários, ganhos do trabalho externo à agricultura, benefícios sociais como aposentadoria, bolsa família de todos que compõem o domicílio)</p> <p>R\$ _____ 19.1.2 <input type="checkbox"/> Não divulgou/não respondeu o rendimento familiar</p> <p>19.2 Com relação ao rendimento total, quanto vem da produção no lote (Aproximado)</p> <p>R\$ _____ 19.2.1 <input type="checkbox"/> Não divulgou/não respondeu o rendimento da produção</p>																		
	<p>19.3 Aproximadamente, qual o valor do Custo total da atividade produtiva R\$ _____</p> <p>19.4 Quais foram os maiores custos de produção que o agricultor(a) empregou no sistema produtivo?</p> <p>1. _____</p> <p>2. _____</p> <p>3. _____</p> <p>4. _____</p> <p>5. _____</p>																		
20	<p>Os domiciliares são beneficiárias de outras fontes de renda?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Não 2. <input type="checkbox"/> Sim >>>> Quais?</p> <p>2.3 <input type="checkbox"/> Bolsa Família, benefício de Prestação Continuada ou Auxílio emergencial</p> <p>2.4 <input type="checkbox"/> Trabalho externo da agricultura (comércio, cooperativa ou nas redes de educação ou saúde)</p> <p>2.5 <input type="checkbox"/> Renda do não trabalho (Pensão, arrendamento, poupança ou outras aplicações financeiras)</p> <p>2.6 <input type="checkbox"/> Aposentadoria ou benefício da previdência social</p>																		
21	<p>Quais foram os cinco principais itens agrícolas produzidos pela propriedade familiar?</p> <table border="1" data-bbox="277 1330 1434 1594"> <thead> <tr> <th data-bbox="277 1330 839 1361">Produtos</th> <th data-bbox="839 1330 1126 1361">Quantidade (Kg)*</th> <th data-bbox="1126 1330 1434 1361">Preço praticado*</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="277 1361 839 1406">1.</td> <td data-bbox="839 1361 1126 1406"></td> <td data-bbox="1126 1361 1434 1406"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="277 1406 839 1451">2.</td> <td data-bbox="839 1406 1126 1451"></td> <td data-bbox="1126 1406 1434 1451"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="277 1451 839 1496">3.</td> <td data-bbox="839 1451 1126 1496"></td> <td data-bbox="1126 1451 1434 1496"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="277 1496 839 1541">4.</td> <td data-bbox="839 1496 1126 1541"></td> <td data-bbox="1126 1496 1434 1541"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="277 1541 839 1594">5.</td> <td data-bbox="839 1541 1126 1594"></td> <td data-bbox="1126 1541 1434 1594"></td> </tr> </tbody> </table>	Produtos	Quantidade (Kg)*	Preço praticado*	1.			2.			3.			4.			5.		
Produtos	Quantidade (Kg)*	Preço praticado*																	
1.																			
2.																			
3.																			
4.																			
5.																			
22	<p>Fontes de Comercialização e o quanto ela representa</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Feiras __%</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Sacolão __% 3. <input type="checkbox"/> Supermercado __% 4. <input type="checkbox"/> Cesta de produtos __%</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Mercado institucional __% 6. <input type="checkbox"/> Encomenda __% 7. <input type="checkbox"/> Ponto fixo de venda __%</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Cooperativa __% 9. <input type="checkbox"/> Associação __% 10. <input type="checkbox"/> Venda para terceiros __%</p> <p>10. <input type="checkbox"/> Outros tipos de comercialização: _____: _____%</p>																		
23	<p>Sobre o acesso ao crédito: Obteve linhas de financiamento? 1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Se sim, quais?</p> <p>3. <input type="checkbox"/> PRONAF _____</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Outro programa (Federal, Estadual ou Municipal) _____</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Financiamento particular _____</p>																		

	Se não, por quê?	6. <input type="checkbox"/> Falta de garantia pessoal 8. <input type="checkbox"/> Falta de pagamento do empréstimos anteriores 10. <input type="checkbox"/> Não sabe como conseguir 12. <input type="checkbox"/> Outro motivo _____	7. <input type="checkbox"/> Burocracia 9. <input type="checkbox"/> Medo de contrair dívidas 11. <input type="checkbox"/> Não precisou
24	Se obteve acesso ao crédito rural (no último ano), responda 1. Qual o valor <i>aproximado</i> R\$ _____ 2. Onde foi empregado _____		
25	Sobre o tipo de trabalho empregado no empreendimento: 1. <input type="checkbox"/> Contratação de trabalho 2. <input type="checkbox"/> Trabalho familiar _____ Se contratado, qual o modelo de contratação: 1.1. <input type="checkbox"/> Contratação de trabalho registrado em carteira 1.2 <input type="checkbox"/> Temporário 1.3 <input type="checkbox"/> Diárias 1.4 <input type="checkbox"/> Troca de favor remunerado ou não remunerado 1.5 <input type="checkbox"/> Mutirão de trabalho do vizinho		
26	Tempo de trabalho (Por semana) 1. Horas de trabalho gastas na produção _____ 2. Horas de trabalho gastas na comercialização _____ 3 Período do ano em que há maior demanda da força de trabalho _____		